



Bureau
International
do Trabalho
Genebra

Cooperação Sul-Sul e Trabalho Decente: Boas Práticas

S
S
S



Cooperação Sul-Sul e Trabalho Decente: Boas Práticas

Cooperação Sul-Sul e Trabalho Decente: Boas Práticas

Coordenação: Anita Amorim

Autores: Anita Amorim, Andrea Araujo, Cristina Maldonado,
Benjamin Rue, Jean-Marie Kagabo, Natasha Fernando, Pedro Américo
Oliveira, Christine Bockstal, Frank Hoffer, Mito Tsukamoto, Maria Teresa
Gutierrez, Clara Van Panhuys, Nadine Osseiran, Irais Martinez

Editado por Anita Amorim, Andrew Dale e Nuno Martins

Copyright © Organização Internacional do Trabalho, 2013
Primeira edição 2013

As publicações do *Bureau* Internacional do Trabalho têm a proteção dos direitos de autor em virtude do protocolo n.º 2, anexo à Convenção Universal para a Proteção dos Direitos de Autor. No entanto, podem ser reproduzidos pequenos excertos sem autorização, desde que a fonte seja mencionada.

Todos os pedidos de autorização de reprodução ou tradução devem ser remetidos às Publicações do BIT (Direitos e Licenças), *Bureau* Internacional do Trabalho, CH-1211 Genebra 22, Suíça, ou através do correio eletrónico: pubdroit@ilo.org. Tais pedidos serão sempre bem recebidos.

Cooperação Sul-Sul e Trabalho Decente: Boas Práticas
Organização Internacional do Trabalho – Genebra: OIT, 2013

ISBN 978-92-2-827712-8 (impresso)
ISBN 978-92-2-827713-5 (web pdf)

As designações constantes das publicações do BIT, que estão em conformidade com as normas das Nações Unidas, bem como a forma sob a qual figuram nas obras, não refletem necessariamente o ponto de vista do *Bureau* Internacional do Trabalho, relativamente à condição jurídica de determinado país, área ou território, ou respectivas autoridades, ou ainda relativamente à delimitação das respectivas fronteiras.

As opiniões expressas em artigos, estudos e outros documentos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, e a sua publicação não vincula o *Bureau* Internacional do Trabalho às opiniões neles expressas. A referência a nomes de empresas e produtos comerciais e processos, ou a sua omissão, não implica da parte do *Bureau* Internacional do Trabalho qualquer apreciação favorável ou desfavorável.

As publicações do *Bureau* Internacional do Trabalho podem ser adquiridas nas principais livrarias ou nos Escritórios locais do BIT. Também podem solicitar-se catálogos ou listas de novas publicações através da seguinte morada: Publicações do BIT, *Bureau* Internacional do Trabalho, CH-1211 Genebra 22, Suíça, pelo nosso endereço electrónico: pubvente@ilo.org ou ainda no site: www.ilo.org/publns.

Esta publicação foi elaborada pelo Serviço de Produção, Impressão e Distribuição de Documentos e Publicações (PRODOC) da OIT.
Design gráfico e tipográfico, preparação do manuscrito, edição, layout e configuração, revisão, impressão, publicação eletrónica e distribuição.

O PRODOC privilegia o uso de papel oriundo de florestas geridas de forma ambientalmente sustentável e socialmente responsável.

Código: BIP-WEI-PCL

Prefácio

A crise económica global tem colocado as questões do emprego no centro das estratégias de desenvolvimento nacionais e internacionais. Juntamente com as mudanças nos cenários geopolíticos e económicos, isto tem aumentado a importância do Sul global nos processos de desenvolvimento. As mudanças geopolíticas mostram que novos atores estão a moldar a agenda de desenvolvimento e a tomada de decisões deslocou-se do G8 para o G20. Além disso, as respostas inovadoras para os desafios globais estão a surgir das potências emergentes do Sul que também estão a assumir-se gradualmente como parceiros estratégicos para outros países em desenvolvimento. Os acordos Sul-Sul permitem que os países do Sul adaptem as respostas de desenvolvimento através de políticas e processos que se adequam melhor às suas necessidades. A promoção do trabalho sustentável e decente para todos assume um papel central no mandato da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Cooperação Sul-Sul e triangular (CSST) tem um papel essencial neste contexto.

As principais economias do mundo em desenvolvimento – Brasil, China e Índia – em conjunto quase que igualam o PIB combinado de algumas das maiores economias mundiais como a Alemanha, Canadá, França, Itália e Reino Unido e quase que se aproximam dos Estados Unidos¹. Num contexto de reequilíbrio global de poder, trabalhar em conjunto com os parceiros emergentes

¹ Human Development Report 2013, «The Rise of the South: Human Progress in a Diverse World», UNDP

do Sul é essencial para a OIT promover o objetivo de um trabalho digno para todos, baseando-se na sua estrutura tripartida que proporciona uma plataforma única para a construção de consensos com uma abordagem integrada. A OIT tem enfatizado o seu compromisso com a promoção da Cooperação Sul-Sul e triangular através do seu documento estratégico «Cooperação Sul-Sul e triangular: O caminho a seguir». A integração de novos parceiros e o reforço da cooperação entre os países do Sul encontram-se entre os principais objetivos incluídos nessa estratégia, com base nos princípios da solidariedade e não-condicionalidade. A OIT reconhece que a cooperação entre iguais tem um enorme potencial para ampliar o impacto das iniciativas de desenvolvimento no mundo do trabalho.

A coleção de boas práticas faz parte desse compromisso e é dirigida a governos, trabalhadores, empregadores e sociedade civil para facilitar a compreensão das iniciativas baseadas em soluções dos países do Sul que provaram ser eficazes na promoção do trabalho decente. A CSST é um mecanismo importante para alavancar recursos e conhecimentos – em particular, facilitando a transferência de conhecimentos e experiências relevantes para o mundo do trabalho no Sul global. É necessário sistematizar a recolha e divulgação de projetos relevantes. Neste sentido, e tendo em conta a dimensão central de partilha de conhecimentos da Cooperação Sul-Sul e triangular, foi considerado essencial dar mais visibilidade às iniciativas escaláveis e replicáveis através de uma coleção de boas práticas acessível na Internet.

Esta coleção de boas práticas da CSST aborda soluções práticas que ilustram o envolvimento profundo dos constituintes e parceiros da OIT na realização dos quatro objetivos estratégicos da OIT. Além de valor informativo, reveste-se também de um caráter inspirador. Destina-se a ampliar a compreensão sobre a CSST a nível global fornecendo uma base sólida para a discussão, que contudo não é exaustiva. O potencial destas práticas, com resultados comprovados, apresentadas nesta coleção é extremamente útil para ajudar os governos e os parceiros sociais a desenvolver e adaptar iniciativas para enfrentar futuros desafios relacionados com o emprego. Esta publicação pretende servir de inspiração para outras iniciativas que possam promover os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e outros objetivos de desenvolvimento acordados a nível internacional, e também para abordar os desafios de desenvolvimento pós-2015.

Este exercício de compilação de boas práticas é o resultado do empenho e dedicação da Equipa Sul-Sul do Departamento de Parcerias e Apoio de Campo da OIT, mas não teria sido possível sem a contribuição de outros colegas da OIT na sede e no campo. Este documento foi elaborado sob a coordenação de Anita Amorim, com contributos de Andrea Araujo, Cristina Maldonado, Benjamin

Rue, Jean-Marie Kagabo, Natasha Fernando, Pedro Américo de Oliveira, Christine Bockstal, Frank Hoffer, Mito Tsukamoto, Maria Teresa Gutierrez, Clara Van Panhuys, Nadine Osseiran, Irais Martinez, Andrew Dale e Anita Amorim. Um agradecimento especial a todos os colegas envolvidos na compilação destas experiências relevantes.

JÜRGEN SCHWETTMANN

Diretor, Departamento de Parcerias e Apoio de Campo

Conteúdos

Introdução	11
I. Cooperação Sul-Sul e os Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho	15
1. Iniciativa para combater o trabalho infantil no Brasil, Bolívia, Equador e Paraguai: colaborar com a reorganização do sistema de inspeção do trabalho e com a formação de novos inspetores	17
2. Apoiar ações para cumprir as metas de 2015 de forma a eliminar as piores formas de trabalho infantil nos países Lusófonos de África, através do conhecimento, sensibilização e Cooperação Sul-Sul ..	21
3. Quênia, Uganda e Zâmbia: Desenvolvimento de uma política sindical sobre o trabalho infantil	23
II. Cooperação Sul-Sul, Criação de postos de trabalho e Emprego ..	27
1. Seminários regionais e a comunidade de prática para os profissionais da área do trabalho	29
2. OIT/CINTERFOR	33
3. A experiência do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial na implementação da Cooperação Sul-Sul e triangular	37
4. A gestão do conhecimento na qualidade e equidade da formação profissional e a sua contribuição para o Trabalho Decente na América Latina e Caraíbas	39
5. Gerir a sua Cooperativa Agrícola – My.COOP	41

III. A Cooperação Sul-Sul e a Proteção Social	45
1. A Cooperação Sul-Sul para a implementação de pisos de proteção social sensíveis às questões de género a nível nacional	47
2. Inovações em Programas Públicos de Emprego na Organização Internacional do Trabalho; Programas Públicos de Emprego; e Transferências Condicionadas de Rendimento	51
3. Cooperação Sul-Sul entre o Panamá, Nicarágua e Paraguai sobre a gestão da água e saneamento em comunidades indígenas e rurais dispersas, com uma perspetiva de género e uma abordagem intercultural	56
IV. A Cooperação Sul-Sul e o Diálogo Social	63
1. Redes de universidades e institutos nacionais de formação para os profissionais da área do trabalho	64
2. Universidade Global do Trabalho	67
3. Workshop Sub-regional de Partilha de Conhecimentos sobre Cooperativas nos países árabes	71
Apêndice	73
Os critérios de seleção para as boas práticas de Cooperação Sul-Sul e triangular	73

Introdução

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a agência das Nações Unidas dedicada à promoção de oportunidades para que mulheres e homens obtenham trabalho decente e produtivo em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana. Os seus principais objetivos são a promoção dos direitos no trabalho, incentivar oportunidades de emprego decente, melhorar a proteção social e fortalecer o diálogo no que diz respeito aos problemas laborais. A OIT é a única agência das Nações Unidas de caráter tripartido na medida em que reúne representantes de governos, empregadores e trabalhadores para moldar políticas e programas em conjunto.

Os constituintes e parceiros da OIT apoiam a Cooperação Sul-Sul e triangular (CSST) porque esta é pautada pelos princípios da solidariedade e da não-condicionalidade, e promove a cooperação entre os países em desenvolvimento. Esta parceria entre iguais é fundamental para a integração da Agenda do Trabalho Decente (ATD).¹ Esta cooperação pode assumir a forma de partilha de conhecimento e transferência de soluções de desenvolvimento geradas pelo Sul com o apoio da comunidade de doadores e do sistema multilateral no âmbito de acordos triangulares inovadores, que ainda mantêm a «dimensão horizontal» e as características próprias do Sul.

¹ A *Declaração sobre Justiça Social para uma Globalização Justa* da OIT define quatro objetivos estratégicos: 1) Criar melhores oportunidades para as mulheres e homens de forma a garantir emprego e rendimento; 2) Melhorar a cobertura e a eficácia da proteção social para todos; 3) Fortalecer o tripartismo e o diálogo social; e, finalmente, 4) Promover e implementar normas, princípios e direitos fundamentais no trabalho. Esses quatro objetivos estratégicos são indissociáveis, interdependentes e reforçam-se mutuamente.

Em março de 2012, o Conselho de Administração (CA) da OIT adotou a Estratégia de Cooperação Sul-Sul e triangular (CSST) formalizada no documento «Cooperação Sul-Sul e triangular: O caminho a seguir», reafirmando que a CSST é fundamental para a disseminação e integração da ATD². Os indicadores de desempenho para a estratégia foram adotados pelo CA em novembro de 2012. Além disso, as propostas do Programa e Orçamento (P&O) para 2014-15 reconhecem a importância crescente dos países emergentes e em desenvolvimento no cenário global. Também é mencionada a necessidade de integrar as lições valiosas decorrentes das experiências e avaliações. No que diz respeito aos recursos extra-orçamentais por região, salienta-se que a CSST continuará a ter um lugar de destaque na estratégia de cooperação técnica da OIT e assumir-se-á como um mecanismo importante para alavancar recursos e conhecimentos, em particular ao facilitar a transferência de conhecimentos e experiências relevantes para o mundo do trabalho entre os países emergentes e em desenvolvimento.

A OIT tem estado envolvida em vários projetos envolvendo acordos de CSST para tratar de questões como o trabalho infantil, segurança social, investimentos de trabalho intensivo e capacitação dos constituintes. Este compromisso tem envolvido atividades como a coordenação de projetos, o fornecimento de conhecimentos técnicos e a facilitação da partilha de conhecimentos. O Centro Interamericano para o Desenvolvimento do Conhecimento na Formação Profissional (OIT-CINTERFOR)³ também tem vindo a promover a CSST através de uma plataforma de partilha de conhecimento regional e uma rede de políticas de desenvolvimento de competências desde 1963. Da mesma forma, o Centro Internacional de Formação da OIT em Turim⁴ tem desempenhado um papel fundamental na facilitação de iniciativas de formação e de capacitação Sul-Sul e triangular.

A nível nacional, o fortalecimento da capacidade de resposta e dos mecanismos de coordenação bem como o compromisso dos parceiros sociais é fundamental para a sustentabilidade dos resultados e ações. O novo quadro de desenvolvimento que guiará a agenda pós-2015 precisa de incorporar uma dimensão social crítica, juntamente com as preocupações ambientais e económicas. É claro que as estratégias e mecanismos da CSST são vitais para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015 e para moldar, no pós-2015, um mundo do trabalho sustentável.

² A adoção dessa estratégia derivou da 100.ª Sessão (2011) da Conferência Internacional do Trabalho (CIT) que colocou especial ênfase na Cooperação Sul-Sul e triangular (CSST) como um meio de atingir os objetivos da Organização.

³ <http://www.oitcinterfor.org/>

⁴ <http://www.itcilo.org/en>

Para além destes desenvolvimentos e a crescente importância dos mecanismos de CSST, considerou-se necessário apresentar algumas dessas atividades num documento prático. Esta publicação incidirá sobre as boas práticas da Cooperação Sul-Sul que ajudam a integrar a Agenda do Trabalho Decente (ATD) e são apresentadas nos seus quatro pilares: princípios e direitos fundamentais do trabalho, criação de emprego, proteção social e diálogo social⁵. As práticas foram selecionadas na medida em que refletem, pelo menos três critérios que são consistentes com a estratégia da OIT sobre CSST⁶.

A Agenda do Trabalho Decente e os seus quatro pilares estão na base da Organização Internacional do Trabalho, orientando a missão de desenvolvimento em todo o mundo. O trabalho decente resume as aspirações de homens e mulheres nas suas vidas profissionais em termos de oportunidades e rendimento; direitos, voz e reconhecimento; estabilidade familiar e desenvolvimento pessoal; e equidade e igualdade de género. Através da Agenda do Trabalho Decente, os países são capazes de definir as suas prioridades e metas no âmbito dos quadros nacionais de desenvolvimento e podem abordar os principais défices no panorama do trabalho decente por meio de programas eficientes que abrangem cada um dos quatro pilares estratégicos. O trabalho decente é fundamental para os esforços de redução da pobreza, e é um meio de alcançar um desenvolvimento equitativo, inclusivo e sustentável.

O trabalho da OIT na promoção de abordagens orientadas para o trabalho decente que se reflitam nas políticas económicas e sociais através da sua estrutura tripartida – composta de governos, empregadores e trabalhadores – tem cada vez mais contado com a Cooperação Sul-Sul e triangular como uma ferramenta estratégica de desenvolvimento de parcerias. O tripartismo da OIT é altamente alinhado com o conceito subjacente de Cooperação Sul-Sul, ou seja, a criação de oportunidades para a troca de experiências e aprendizagem mútua entre os países em desenvolvimento.

O tripartismo faz com que a OIT seja uma verdadeira plataforma para a construção de consensos e cooperação entre os atores sociais incentivando a boa governação, a promoção da paz e estabilidade a nível social e industrial e o fomento do progresso económico⁷.

⁵ <http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/decent-work-agenda/lang-en/index.htm>

⁶ Ver Apêndice.

⁷ O compromisso da OIT para a Cooperação Sul-Sul está em linha com a revisão TCPR de 2007, a Agenda para a Ação de Acra e as Conferências de Doha sobre a Eficácia da Ajuda em relação ao envolvimento em processos coordenados e implementados por instituições nacionais, e com a Declaração da OIT sobre Justiça Social para uma Globalização Justa (2008) que convida os Estados-Membros para alcançar os objetivos estratégicos da OIT através de «interdependência, solidariedade e cooperação entre todos os membros

A Cooperação Sul-Sul é complementar às tradicionais relações Norte-Sul e incorpora a ideia de que, através de um espírito de solidariedade, os países em desenvolvimento podem fornecer soluções sustentáveis para os seus próprios problemas e com um custo menor. Os esforços de Cooperação Sul-Sul – incluindo a identificação de experiências bem sucedidas num país e a sua adaptação e aplicação em outro – é um complemento importante para a divulgação dos resultados do trabalho decente nos quatro objetivos estratégicos da OIT. Ao mesmo tempo, permite a formação de redes entre os países em desenvolvimento e os doadores tradicionais em esquemas triangulares que contribuem para uma globalização justa. Para os países que financiam iniciativas de Cooperação Sul-Sul, a OIT pode desempenhar um papel importante não apenas como um canal de apoio, mas também como um meio para maximizar os recursos financeiros, logísticos e técnicos. O trabalho atual reúne algumas das principais boas práticas no âmbito dos quatro pilares de atuação da OIT.

da OIT.» Também constitui uma área de ação fundamental para a realização dos ODM e a consecução da reforma da ONU. As ligações crescentes entre a ATD e os Quadros de Assistência ao Desenvolvimento da ONU (UNDAF) a nível nacional são os blocos de construção da Cooperação Sul-Sul, e ajudam a facilitar as atividades no país e a colaboração horizontal entre as agências e os países.

Cooperação Sul-Sul e os Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho

A OIT define os direitos laborais e procura garanti-los e melhorar as condições dos trabalhadores, estabelecendo um sistema de Normas Internacionais do Trabalho, expressas na forma de Convenções e Recomendações, que cobrem todos os principais aspectos do mundo do trabalho. Estes são direitos humanos básicos e uma plataforma central do trabalho decente. Através de mais de 300 Convenções e Recomendações relacionadas com o mundo do trabalho, a OIT mantém um sistema de Normas Internacionais do Trabalho que se assume como um componente essencial do quadro jurídico internacional para assegurar uma globalização justa para todos. As normas sociais promovem a igualdade de condições na economia global, fornecem uma rede de segurança em tempos de crise e são cruciais na promoção de uma abordagem baseada em direitos no que diz respeito às questões laborais.

Promover e assegurar a aplicação das convenções sobre o trabalho infantil⁸ através da Cooperação Sul-Sul tem demonstrado ser uma estratégia eficaz uma vez que têm sido partilhadas as experiências bem sucedidas de países que conseguiram diminuir significativamente o número de crianças trabalhadoras. O trabalho infantil, especialmente nas suas piores formas, é mais prevalente em países do Sul onde a pobreza domina, reina a instabilidade social, a educação é deficiente e não existem redes de segurança social. O Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC) da OIT empreendeu algumas iniciativas importantes de Cooperação Sul-Sul para promover a partilha de conhecimentos

⁸ Estas são a Convenção sobre a Idade Mínima, de 1973 (n.º 138), e as Piores Formas de Trabalho Infantil, de 1999 (n.º 182).

e atividades de pesquisa sobre o trabalho infantil e o emprego de jovens, a educação, a saúde, a proteção social, as transferências condicionais de rendimento e a formação profissional.

No Fórum Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) realizado em 2007, os Assessores Técnicos Nacionais dos projetos da OIT sobre trabalho infantil reuniram-se em Brasília para partilhar boas práticas sobre as suas políticas. Em junho de 2008, os Ministros do Trabalho do Brasil e da Índia – na presença de representantes dos empregadores e dos trabalhadores dos dois países – anunciaram uma iniciativa de Cooperação Sul-Sul para combater o trabalho infantil. As áreas de interesse comum referidas incluíram a inspeção do trabalho, os mecanismos de transferência condicional de rendimento para combater o trabalho infantil, a formação profissional e os programas de alimentação escolar. A reunião de ministros do Brasil, Índia e África do Sul em abril de 2010 contribuiu ainda mais para as estratégias de partilha de medidas para combater o trabalho infantil e erradicar as suas piores formas. A OIT assinou a Declaração de Intenções IBAS⁹ em 22 de novembro de 2010 para promover a Cooperação Sul-Sul com países do Fórum IBAS e outros países em desenvolvimento do Sul global.

As iniciativas abaixo descritas destacam algumas das boas práticas mais importantes em curso, nas quais a vantagem comparativa da dimensão Sul-Sul constituiu uma mais-valia para o trabalho.

⁹ http://www.ilo.org/newdelhi/whatwedo/eventsandmeetings/ibsa/WCMS_172003/lang-en/index.htm

1.

Iniciativa para combater o trabalho infantil no Brasil, Bolívia, Equador e Paraguai: colaborar com a reorganização do sistema de inspeção do trabalho e com a formação de novos inspetores

Datas de implementação: Paraguai 2010-junho de 2011; Bolívia 2010-junho de 2012; Ecuador 2010-dezembro 2012.

Descrição da boa prática de Cooperação Sul-Sul e triangular

De acordo com o quadro do «Acordo Complementar de Cooperação Técnica com a América Latina e Países Africanos para a Implementação do Programa de Parceria OIT-Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul», assinado em março de 2009, o Brasil adotou quatro programas de Cooperação Sul-Sul e triangular (CSST) nas seguintes áreas: prevenção e eliminação do trabalho infantil, promoção da segurança social, eliminação do trabalho forçado, a promoção de empregos «verdes», e fortalecimento dos sindicatos. Um desses projetos foi a iniciativa para combater o trabalho infantil no Brasil, Bolívia, Equador e Paraguai relacionada com a reorganização do sistema de inspeção do trabalho e com a formação de novos inspetores. A iniciativa visou promover a troca de visitas de alto nível ao Brasil para aprender com a sua experiência de trabalho infantil no sistema de saúde e no que diz respeito às atividades de formação profissional para jovens e adolescentes.

Âmbito da cooperação

Esta iniciativa promove o intercâmbio horizontal de conhecimentos entre Brasil, Bolívia, Equador e Paraguai através de visitas de alto nível e ações de formação. A iniciativa também beneficiou de uma estreita colaboração com um projeto de cooperação horizontal financiado pelo Departamento do Trabalho dos Estados Unidos (USDOL), que forneceu apoio financeiro para duas destas visitas conjuntas. O Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC) da OIT tem



desempenhado um papel fundamental na facilitação do intercâmbio de conhecimentos e prestação de assistência técnica: no Equador, o IPEC apoiou o Grupo Técnico de Trabalho com a sistematização da experiência e com o desenvolvimento de um Relatório Nacional para a Eliminação do Trabalho Infantil nas Lixeiras, que foi partilhado com os países pares. Além disso, um acordo para implementar um programa para a prevenção e eliminação do trabalho infantil entre a população indígena das províncias de Chimborazo e Imbabura foi adotado pelo Governo do Distrito de Cotacachi, a União dos Camponeses e Povos Indígenas de Cotacachi (Unión de Campesinos e Indígenas de Cotacachi, UNORCAC) e a Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades no Equador (Fundación Comunidades y Desarrollo en Ecuador, COMUNIDEC). Na Bolívia, a Equipa de Género, Gerações e Justiça Social do Ministério da Educação desenvolveu um projeto para reforçar a capacidade do sistema educacional para responder à questão do trabalho infantil, a ser implementado com recursos de um projeto IPEC sobre trabalho infantil e educação financiado pelo governo holandês.

Impacto da iniciativa para combater o trabalho infantil no Brasil, Bolívia, Equador e Paraguai

A iniciativa provou ser eficaz no aumento da capacidade operacional da inspeção do trabalho e no fortalecimento e ampliação do impacto das iniciativas levadas a cabo em cada país para combater o trabalho infantil. Foram obtidos resultados específicos tais como os programas de formação para inspetores do trabalho na Bolívia e Paraguai. Além disso, o «Manual de Autoaprendizagem em Saúde e Segurança do Trabalho Infantil e Juvenil» foi traduzido do português para o espanhol para facilitar a disseminação do conhecimento noutros países da região; um Observatório da Saúde e Trabalho da Criança foi criado com o apoio da Universidade de Brasília e do Ministério da Saúde, que está monitorando e oferecendo apoio para essas iniciativas noutros países.

O governo boliviano criou um novo «Sistema de Monitoramento do Trabalho Infantil na Bolívia», inspirado no modelo brasileiro. Implementado pelo Ministério do Trabalho, o sistema inclui um manual sobre os procedimentos dos processos e inspeções, ferramentas para recolha de informações sobre as atividades de inspeção e *software* de gestão de informação. Além disso, os resultados da Primeira Pesquisa Nacional sobre Trabalho Infantil de 2010 contribuíram para o módulo específico sobre o trabalho infantil incluído pelo Instituto Nacional de Estatística na sua pesquisa aos agregados familiares.

No Equador, um Grupo Técnico de Trabalho foi criado como parte de um acordo entre o Ministério das Relações Laborais, outras agências governamentais e organizações patronais (câmaras) dos setores de agricultura, floricultura, pecuária e construção civil para coordenar ações e promover programas conjuntos para a eliminação do trabalho infantil tais como a possibilidade de incluir o trabalho infantil como um indicador de impacto do programa de transferência de rendimento «*Bono de Desarrollo Humano*»¹⁰. Além disso, a experiência e o desenvolvimento de um Relatório Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil em Lixeiras e um Protocolo para a Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil em Lixeiras foram sistematizados e divulgados pelas autoridades locais para facilitar a disseminação do conhecimento com o apoio do Projeto Sul-Sul do IPEC.

No Paraguai, o Projeto Sul-Sul do IPEC facilitou o desenvolvimento de um serviço integrado visando os mais vulneráveis através da coordenação de dois programas de desenvolvimento do país, «*Abrazo*» e «*Tekopora*». Programas piloto foram lançados para estender o programa «*Abrazo*» a outras formas de trabalho infantil nas localidades de Tobatí e Encarnación. O projeto adaptou e traduziu o «Manual de Autoaprendizagem em Saúde e Segurança do Trabalho Infantil e Juvenil», desenvolvido no Brasil, para introduzir a questão do trabalho infantil no sistema público de saúde e promover a rede de proteção à criança no Paraguai. A União Industrial Paraguaia em parceria com a Fundação DEQUENI e com o apoio da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) lançou em março de 2011 uma campanha designada «Unidos por um Paraguai sem Trabalho Infantil». Como resultado das visitas de intercâmbio ao Brasil, o Ministério da Saúde Pública e Bem-Estar Social do Paraguai emitiu a Resolução n.º 1027 de setembro de 2011, estabelecendo os procedimentos para a estratégia destinada aos jovens (Gestão de Integração dos Adolescentes e suas Necessidades – IMAN), incluindo o trabalho infantil e os indicadores de trabalho perigoso nas avaliações psicossociais. Após a troca de experiências com a iniciativa brasileira «Disque 100», a Secretaria Nacional de Crianças e Adolescentes emitiu a Resolução 740 que aprovou a proposta técnica para a estruturação do FONOA YUDA. Trata-se de um serviço telefônico para denunciar violações dos direitos das crianças e adolescentes, encaminhar e acompanhar este tipo de situações.

¹⁰ <http://www.worldbank.org/projects/P098167/apl1-bono-de-desarrollo-humano?lang=en>

Porque é que esta prática Sul-Sul é sustentável e inovadora?

As visitas de intercâmbio demonstraram que os países em desenvolvimento podem aprender muito através da partilha das suas experiências e que a OIT pode desempenhar um papel eficaz no sentido de facilitar o desenvolvimento da Cooperação Sul-Sul com sucesso. Este mecanismo inovador foi reconhecido pelo Júri da Expo Sul-Sul de 2010 e recebeu o Prémio de Inovação em Cooperação Sul-Sul de 2010. Também foi apresentado como uma solução para «Programas de Transferências Condicionais de Rendimento e Inspeção do Trabalho».¹¹

A iniciativa de combate ao trabalho infantil no Brasil, Bolívia, Equador e Paraguai garantiu que a eliminação do trabalho infantil fosse integrada em todo o sistema de inspeção do trabalho, por exemplo, no caso boliviano com o «Sistema de Monitoramento do Trabalho Infantil na Bolívia». Isso resultou em resoluções concretas, acordos, campanhas e estudos que servem de base para atividades futuras no que diz respeito à eliminação do trabalho infantil. Além disso, a tradução, a sistematização e adaptação de modelos e experiências, como no caso do Paraguai, que adaptou o «Manual de Autoaprendizagem em Saúde e Segurança do Trabalho Infantil e Juvenil» do Brasil, facilitam a transferência atual e futura de soluções do Sul a nível regional e inter-regional. Finalmente, iniciativas como o Relatório Nacional sobre a Eliminação do Trabalho Infantil em Lixeiras e o Protocolo para a Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil em Lixeiras, ambos do Equador, servem como uma ferramenta e fonte de inspiração para que outros países possam fazer a adaptação ao seu contexto nacional.

CONTACTO

OIT – Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)

Email: ipec@ilo.org

+41 22 799 64 27

¹¹ *South-South in Action (Inverno de 2011)*, disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---exrel/documents/genericdocument/wcms_174764.pdf

Projeto da OIT-IPEC recebe Prémio Cooperação Sul-Sul para a Inovação, disponível em: http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_149454/lang--cn/index.htm

2.

Apoiar ações para cumprir as metas de 2015 de forma a eliminar as piores formas de trabalho infantil nos países Lusófonos de África, através do conhecimento, da sensibilização e da Cooperação Sul-Sul

Datas de implementação: Dezembro de 2010 – dezembro de 2012

Descrição da boa prática de Cooperação Sul-Sul e triangular

O projeto prevê trocas horizontais de boas práticas e lições aprendidas entre o Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Os principais objetivos são desenvolver Planos de Ação Nacionais (PAN) como a principal estratégia para a eliminação do trabalho infantil, e estabelecer comités tripartidos como a principal estratégia para a prevenção do trabalho infantil. As principais partes interessadas são as instituições governamentais; as comissões tripartidas em cada país, que são representadas pelo Ministério do Trabalho, trabalhadores e empregadores; a OIT como facilitador; e o Departamento do Trabalho dos EUA (USDOL) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) como doadores. Finalmente, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é uma base sólida para a mobilização e aprendizagem mútua entre países.

Âmbito da cooperação

O projeto é uma iniciativa de Cooperação Sul-Sul e triangular que prevê intercâmbios horizontais entre os países lusófonos para combater e prevenir o trabalho infantil. Os EUA forneceram apoio financeiro ao projeto através do USDOL enquanto que o Brasil o fez através da ABC. A CPLP tem um papel fundamental na realização do projeto como fórum essencial para ajudar a fortalecer os mecanismos de CSST, em particular com os PALOP¹².

Existem outras iniciativas internacionais para combater o trabalho infantil que se desenrolam simultaneamente com o projeto. Por exemplo, o apoio da CPLP no domínio dos materiais de formação e comunicação; o projeto regional da OIT em Dakar, com o apoio da Agência Espanhola de Cooperação para o

¹² A CPLP deve ser diferenciada dos PALOP uma vez que a organização não está apenas focada em África, mas também inclui o Brasil, Portugal e Timor-Leste. (<http://www.cplp.org/>)

Desenvolvimento Internacional (AECIDI); o projeto OIT SCREAM¹³ para professores; o projeto TACKLE¹⁴ financiado pela UE; e atividades de capacitação organizadas por organizações brasileiras. A ABC também financia um projeto envolvendo os mesmos atores. O projeto apoia ações de forma a atingir as metas de 2015 para eliminar as piores formas de trabalho infantil nos PALOP através do conhecimento, da sensibilização e da Cooperação Sul-Sul. Além de complementar todas essas iniciativas, o projeto ajuda a combater o trabalho infantil através de uma abordagem inovadora. O projeto apoia as atividades relativas ao trabalho infantil que são planejadas e implementadas pelos comitês tripartidos nos diferentes países e que são apoiadas pelos institutos nacionais que zelam pelos interesses das crianças. O projeto também incentiva as reuniões conjuntas dos PALOP para promover a aprendizagem mútua e a preparação em conjunto da 3.ª Conferência Global sobre Trabalho Infantil que será realizada no Brasil, em outubro de 2013.¹⁵

Impacto do projeto PALOP no aumento das capacidades de combate ao trabalho infantil

A partilha de conhecimento entre os PALOP, com o apoio do Brasil e dos EUA, tornou possível a criação de redes e o desenvolvimento de capacidades bem como a consolidação da legislação existente e o estabelecimento do conceito de trabalho infantil nos cinco países por meio da identificação de políticas e lacunas legislativas. Por exemplo, foi iniciado um estudo comparativo sobre a implementação da Convenção sobre a Idade Mínima (n.º 138, 1973) e da Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil (n.º 182, 1999). Tendo em atenção uma experiência semelhante realizada no Brasil no âmbito do MERCOSUL, a consolidação das disposições para a prevenção do trabalho infantil no âmbito da legislação nacional foi considerada essencial para definir os Planos de Ação Nacionais (PAN). O projeto também tem, através do diálogo social e da reflexão sobre as boas práticas, aumentado a capacidade das partes constituintes e das partes interessadas nos cinco PALOP para compreender melhor o seu papel nos esforços nacionais de combate ao trabalho infantil.

¹³ <http://www.ilo.org/ippec/Campaignandadvocacy/Scream/lang-en/index.htm>

¹⁴ <http://www.ilo.org/ippec/projects/global/tackle/lang-en/index.htm>

¹⁵ Relatório Preliminar de Avaliação, Projeto RAF/10/55/USA.

PROJETO/INFORMAÇÃO SOBRE A INICIATIVA

http://www.dol.gov/ilab/projects/sub-saharan_africa/LusophoneAfr_CECL.pdf

<http://www.cplp.org/>

CONTACTO

OIT – Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)

Email: ipec@ilo.org

+41 22 799 64 27

3.

Quênia, Uganda e Zâmbia: Desenvolvimento de uma política sindical sobre o trabalho infantil

Datas de implementação: 2006-2010

Descrição da boa prática de Cooperação Sul-Sul e triangular

O Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) da OIT engloba um projeto intitulado «*Apoio ao desenvolvimento e implementação de medidas com prazos contra as piores formas de trabalho infantil (PFTI) na Zâmbia*», iniciado em 2006 com o objetivo de fortalecer a implementação e aplicação de políticas e legislação relevantes e para forjar uma maior coerência política através do apoio à formulação de um Plano de Ação Nacional (PAN) para a eliminação das PFTI. A formulação do PAN ajudou a aumentar a colaboração e coordenação entre os diferentes intervenientes e foi apoiada por iniciativas de capacitação.

Âmbito da cooperação

No início do projeto (Fevereiro de 2007), o IPEC organizou uma visita inicial de estudo ao Quênia, como parte do processo de consulta. O objetivo da visita foi ampliar a base de conhecimento dos parceiros tripartidos e das ONG chave, que no decorrer da visita de estudo tiveram a oportunidade de analisar as estratégias



de intervenção no âmbito do Programa de Duração Determinada (PDD)¹⁶ e projetos anteriores do IPEC no país. O Quênia foi escolhido como país anfitrião da visita de estudo dado que tem uma longa experiência no combate ao trabalho infantil, iniciou a implementação de um PDD e conduziu uma série de abordagens inovadoras para o combate ao trabalho infantil. Além disso, a situação do trabalho infantil nos dois países é semelhante, em muitos aspetos, no que diz respeito à natureza e causas deste problema. Portanto, a partilha de experiências e estratégias para a replicação Sul-Sul entre os dois países tinha um grande potencial. A visita de estudo destinava-se à partilha de conhecimentos e experiências sobre estratégias viáveis para colocar em prática medidas

nacionais de duração determinada contra as piores formas de trabalho infantil e a prestar apoio a ações sustentáveis por parte dos parceiros tripartidos para uma possível replicação na Zâmbia. Os representantes do Congresso dos Sindicatos da Zâmbia (ZCTU) tiveram a oportunidade de se reunir com os seus homólogos quenianos, a Organização Central de Sindicatos (COTU), a fim de rever estratégias de ação sindical contra o trabalho infantil. A COTU colocou em prática uma política muito eficaz sobre o trabalho infantil e, portanto, pôde fornecer informações úteis e recomendações para a ZCTU.

Além disso, a COTU facilitou os contactos entre a ZCTU e os colegas relevantes da Organização Nacional dos Sindicatos do Uganda (NOTU), que também tinha vindo a desenvolver estratégias eficazes para combater as piores formas de trabalho infantil. A NOTU compartilhou a sua experiência em capacitação entre os membros da confederação através da realização de inquéritos sobre o trabalho infantil e do aumento da sensibilização sobre as consequências do trabalho infantil entre os trabalhadores. A NOTU esteve envolvida na monitorização do cumprimento da legislação laboral e promoveu a melhoria das condições de trabalho para os adolescentes por meio da negociação coletiva. Além disso, a NOTU criou ligações com várias ONG, governos locais e outras organizações de

¹⁶ <http://www.ilo.org/ipccinfo/product/viewProduct.do?productId=3047>

trabalhadores. Após o intercâmbio com a COTU e a NOTU, a ZCTU elaborou um Programa de Ação com o objetivo de formular uma política sindical sobre o trabalho infantil. Uma política de boa qualidade e uma importante experiência de aprendizagem resultou deste processo, não só para a ZCTU, mas também para todos os sindicatos incluídos no processo. A ZCTU tem um quadro político-institucional coerente para uma ação acelerada contra o trabalho infantil.

Porque é que esta prática Sul-Sul é sustentável e replicável?

Ao estabelecer a sua própria política sobre o trabalho infantil, a ZCTU garante esforços contínuos e sustentáveis contra o trabalho infantil mesmo após o fim do projeto. Políticas setoriais serão desenvolvidas com base na política da ZCTU e a sensibilização criada entre os líderes sindicais garante que as questões do trabalho infantil são integradas no sindicalismo nacional. Em geral, os participantes consideraram a visita de estudo útil para o estabelecimento de um Programa de Duração Determinada na Zâmbia, uma vez que forneceu informações importantes sobre a forma como as estruturas a nível local podem ser criadas e reforçadas, e como os diferentes parceiros podem dar a sua contribuição. Esta prática envolveu líderes sindicais desde o início do programa. Além disso, as amplas consultas realizadas durante as fases de recolha e análise de dados contribuíram para o sucesso do Programa de Ação, seguindo os princípios de cooperação horizontal. Os líderes sindicais nacionais precisam de estar fortemente envolvidos no processo de criação e sensibilização das políticas sindicais sobre o trabalho infantil. Desta forma, eles poderão entender claramente o seu papel na formulação de políticas bem como na supervisão da formulação de políticas setoriais e no acompanhamento da sua implementação. Um aspeto muito importante é a intensificação das atividades de capacitação sobre trabalho infantil entre os filiados no congresso. As atividades destinadas a eliminar o trabalho infantil bem como as atividades de outras partes interessadas podem aumentar as suas ligações, favorecendo redes de cooperação horizontal. Os comités distritais de trabalho infantil, que apoiam o diálogo social, precisam do apoio dos parceiros de cooperação.

CONTACTO

OIT – Programa Internacional para a Eliminação
do Trabalho Infantil (IPEC)

Email: ipcc@ilo.org

+41 22 799 64 27

Cooperação Sul-Sul, Criação de postos de trabalho e Emprego



O desemprego global atingiu níveis historicamente elevados. Assim, há uma maior necessidade de colocar o emprego no centro das políticas económicas e sociais. O emprego produtivo e livremente escolhido está no centro do mandato da OIT, que está empenhada no pleno emprego, na realização de pesquisa e na participação em discussões internacionais de estratégias de emprego. A OIT identifica políticas que apoiam a criação de trabalho decente e a geração de rendimento. Estas políticas estão inscritas na Agenda Global para o Emprego,¹⁷ desenvolvida em consulta com os três conjuntos de constituintes da OIT.

A cooperação entre países do Sul tem um grande potencial para ajudar a compensar os efeitos da crise económica global. Devido à crise, a grande maioria dos países está a experienciar uma forte inversão do crescimento robusto que ocorreu durante o período de 2002-2007¹⁸. Existe porém, um consenso crescente de que os países em desenvolvimento podem amenizar o impacto nas suas economias ao aumentar a cooperação mútua.

O Pacto Mundial para o Emprego (GJP)¹⁹ foi concebido para orientar as políticas nacionais e internacionais destinadas a estimular a recuperação económica, a criar empregos e a providenciar proteção para os trabalhadores e suas famílias. Foi aprovado na Conferência Internacional do Trabalho de 2009, e representa a resposta mais urgente e abrangente para uma crise económica alguma vez adotada pela OIT. É pedido aos governos e organizações representativas dos

¹⁷ <http://www.ilo.org/employment/areas/global-employment-agenda/lang-en/index.htm>

¹⁸ SG Report A/64/321

¹⁹ <http://www.ilo.org/jobspact/lang-en/index.htm>

trabalhadores e empregadores que trabalhem em conjunto para enfrentar coletivamente a crise mundial de emprego através de políticas em consonância com a Agenda de Trabalho Decente da OIT.

Algumas das iniciativas propostas no âmbito de uma modalidade de Cooperação Sul-Sul ou triangular que contribuiriam para mitigar os efeitos da crise, colocando o emprego e a proteção social no centro das políticas de recuperação, incluem a identificação de modelos bem sucedidos nos países em desenvolvimento e a partilha destas experiências. As áreas importantes de contribuição para a partilha de conhecimentos sobre a Agenda do Trabalho Decente e da promoção do Pacto incluem:

- *Partilha de boas práticas na formulação e adaptação (ou replicação) de esquemas de microfinança* para enfrentar o aumento dos níveis de desemprego e perda de postos de trabalho entre os grupos vulneráveis;
- *Partilha de experiências em novos incentivos e mecanismos para a criação de empresas*, especialmente de PME, que nos países em desenvolvimento e países desenvolvidos constituem a maior parte da base de emprego sustentável e geradora de crescimento;
- *Promover a replicação e adaptação de programas/regimes de garantia de emprego em países em desenvolvimento*, o que pode ser especialmente eficiente em termos de custos durante uma crise (por exemplo, na Argentina, Indonésia e, particularmente, na Índia);
- *A partilha de programas de emprego para jovens*, uma vez que homens e mulheres jovens são mais suscetíveis de serem afetados pelo crescimento do desemprego e trabalhos precários.

No âmbito do Pacto Global para o Emprego e da promoção da Agenda do Trabalho Decente, a partilha de experiências sobre como os países em desenvolvimento têm-se protegido contra a crise tornou-se uma questão de alta prioridade nas agendas nacionais. A OIT está a apoiar os serviços públicos de emprego nacionais a expandir as suas atividades de recrutamento, os serviços de aconselhamento e formação para novos candidatos a emprego e para conectar as empresas e programas que podem ajudá-los a evitar *lay-offs*, em muitos casos, através da troca de experiências nacionais (por exemplo, no Chile e no Vietname, e na conferência dos serviços de emprego do continente africano realizada nos Camarões).

Além disso, com o objetivo de apoiar a partilha de conhecimento Sul-Sul, a OIT tem vindo a colaborar com a ASEAN, com base num acordo de cooperação assinado pelas duas organizações em 2007, nas diversas áreas do emprego e

trabalho decente, incluindo as normas fundamentais do trabalho, empreendedorismo juvenil, a análise do mercado de trabalho e estatísticas, e segurança e saúde no trabalho. O Japão tem vindo a financiar um projeto designado «Programa do Mercado de Trabalho focado na ASEAN» (2009) apoiando iniciativas Sul-Sul da Ásia. As boas práticas, abaixo, contêm um conjunto de iniciativas que têm sido eficazes na promoção da criação de emprego, e que têm o potencial de serem replicáveis.

1.

Seminários regionais e a comunidade de prática para os profissionais da área do trabalho

Datas de implementação: 1990-em andamento

Descrição da boa prática de Cooperação Sul-Sul e triangular



No contexto da Cooperação Sul-Sul e triangular (CSST), a OIT tem colaborado de perto ao longo dos últimos 23 anos com vários governos africanos para organizar os seminários regionais para os profissionais da área do trabalho, que aproximaram os profissionais, planeadores, formuladores de políticas, pesquisadores, parceiros de

financiamento e de desenvolvimento e todas as partes envolvidas no desenvolvimento de infraestruturas em África para discutir os progressos registados, partilhar experiências e ideias sobre a aplicação das abordagens de emprego intensivo na criação de infraestruturas essenciais. O objetivo dos Seminários Regionais é promover o uso generalizado e com eficiência de custos das abordagens de emprego intensivo para o desenvolvimento de infraestruturas que possam proporcionar ativos sustentáveis e otimizar a criação de oportunidades de emprego. Os últimos catorze seminários regionais foram realizados em vários países da África Subsaariana e contaram com a participação de profissionais e partes interessadas da África, América, Ásia e Europa para partilhar opiniões e experiências e analisar a evolução das abordagens de trabalho intensivo. Os participantes do

seminário vêm de uma variedade de instituições, incluindo os profissionais da área do trabalho, as ONG, as instituições de formação e o setor privado. Os seminários facilitam a partilha de conhecimento Sul-Sul, a aprendizagem e expansão do conhecimento por meio da apresentação, discussão e debate sobre o estado atual das políticas e práticas do trabalho bem como da pesquisa e desenvolvimento, e para trocar opiniões sobre temas específicos relacionados com investimentos de emprego intensivo e abordagens baseadas em recursos locais. Os processos e outros documentos oferecem uma fonte única e rica de conhecimento sobre os problemas, desafios, melhores práticas e resultados de pesquisas sobre a aplicação das tecnologias da área do trabalho e planeamento de nível local. O 15.º Seminário Regional decorrerá nos Camarões e será organizado pelo Ministério das Obras Públicas, com o apoio técnico da OIT através do seu Programa de Investimento em Emprego Intensivo (EIIP).

Porque é que estas práticas Sul-Sul são sustentáveis e replicáveis?

Os dois primeiros seminários realizados em Mbeya, Tanzânia em 1990 e em Mhales Hoek, Lesotho em 1992, foram financiados, organizados e presididos pela OIT. O primeiro contou com 21 participantes de seis países, na sua maioria funcionários da OIT dos projetos na África Oriental e o segundo contou com 36 participantes de 14 países. No entanto, desde então, os seminários têm continuado a crescer em termos de número de participantes (principalmente de países do Sul) e também em termos do número de países e regiões cobertas. A escala tem crescido significativamente ao longo dos anos, com cerca de 450 participantes de 27 países no 12.º Seminário em Durban, África do Sul em 2007; aproximadamente 465 participantes no 13.º seminário em Kampala, Uganda em 2009; e cerca de 400 profissionais presentes no 14.º seminário em Accra, Gana em 2011.

Em termos de liderança nacional desses seminários, em 1993, o terceiro seminário foi organizado pelo Instituto de Engenheiros Cívicos do Zimbábue; em 1995, o quarto seminário foi organizado pelo Centro de Investigação para a Criação de Emprego na Construção Civil da Universidade de Witwatersrand, na África do Sul; e, em 1996, o quinto seminário foi realizado no Gana pelo Departamento de Estradas de Acesso. O Gana foi o último país a sediar o seminário antes de um sistema de pagamento de taxas ser introduzido. Desde então, a organização tem sido, na maioria dos casos, da responsabilidade dos próprios governos – em muitos casos pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Ministério do Governo Local, Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Económico, Ministério de Estradas e Rodovias, e os Ministério do Trabalho e

Previdência Social. No final de cada Seminário Regional, os países candidatam-se para sediar o próximo evento e os participantes votam no próximo país anfitrião. Este ano, o 15.º Seminário Regional será organizado pelo Governo dos Camarões, representado pelo Ministério das Obras Públicas e Transportes. Ao longo dos anos, os Seminários Regionais do Trabalho tornaram-se numa importante plataforma internacional para a aprendizagem Sul-Sul sobre práticas da área do trabalho e investimentos de emprego intensivo.

A vantagem comparativa da Cooperação Sul-Sul e triangular no apoio aos Seminários Regionais do Trabalho

a) *Reunião Ministerial para promover o diálogo Sul-Sul e elaboração de políticas sobre o emprego produtivo e pleno entre os países do Sul para o Sul*

No 10.º Seminário em Arusha, Tanzânia (2003), os participantes do seminário formularam e adotaram a «Declaração de Arusha», e decidiram tomar medidas de acompanhamento nos seus respetivos países para tratar as insuficiências identificadas. O progresso e as ações tomadas foram revistos durante o seminário regional realizado no Quênia em 2005. Desde então, surgiram as Declarações de Mombaça (2005), Durban (2007) e Kampala (2009). O acompanhamento adequado e a sua avaliação de impacto são realizados no seminário seguinte.

Em Durban, na África do Sul (2007), foi realizada uma reunião ministerial paralela durante o Seminário no qual 12 Ministros do Trabalho e Obras Públicas (África do Sul, Angola, Botswana, Quênia, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué) realizaram uma avaliação crítica e discutiram o potencial das infraestruturas e prestação de serviços na criação de oportunidades produtivas de emprego decente e o seu impacto na redução da pobreza, na coesão social e na estabilidade política. Após a reunião, os ministros emitiram uma Declaração Ministerial em que reafirmaram o seu compromisso e apoio para otimizar a criação de empregos na construção de infraestruturas essenciais e na prestação de serviços. Estas reuniões ministeriais agora fazem parte dos Seminários Regionais para os Profissionais da área do Trabalho. No 14.º Seminário no Gana em 2011, cerca de 15 Ministros avaliaram a Declaração de Kampala e pediram que a OIT continuasse a se envolver com parceiros como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a União Europeia e o G20, e que reforçasse a prestação de assessoria técnica para apoiar as melhores práticas, a capacitação e a partilha de conhecimento, com ênfase na promoção e avaliação do impacto do emprego.

b) *Uma plataforma internacional para a aprendizagem Sul-Sul sobre práticas na área do trabalho, autofinanciada, com liderança e organização nacionais*

O que começou como um pequeno seminário organizado pela OIT para rever as práticas correntes ao reunir especialistas e profissionais numa região específica do sudeste da África, tornou-se numa conferência internacional, atraindo mais de 400 participantes de todo o mundo. Em 1999, no 7.º Seminário, um representante do Camboja estava presente. No ano seguinte, no 8.º Seminário no Cairo, a representação asiática incluiu o Camboja, a Indonésia, o Laos, as Filipinas e a Tailândia. Em 2007, no 12.º seminário, o primeiro participante da América Latina estava presente. Estes seminários têm sido propícios para a troca ativa de ideias e informações através da aprendizagem «Sul-Sul», com base na experiência dos participantes na região e também na sua experiência anterior de outras áreas, agora contribuindo para mais de duas décadas de experiências e conhecimento documentados.

c) *Desenvolver capacidades de praticantes nacionais e tomadores de decisão envolvidos na elaboração de políticas em diferentes ministérios (emprego, desenvolvimento rural, obras públicas, planeamento, governo local, juventude, etc.)*

O seminário reúne profissionais na área do trabalho para a troca de ideias e experiências, para a análise de novas políticas e desenvolvimentos, e para identificar e abordar questões fundamentais de interesse comum. Também faz parte de uma série de reuniões regulares organizadas para apoiar os compromissos regionais e globais para promover investimentos de emprego intensivo em África que contemplem a criação de infraestruturas como uma ferramenta para a redução da pobreza.

d) *Criar redes de atores chave envolvidos na criação de emprego através de investimentos públicos*

Os seminários têm viabilizado a criação de redes de profissionais, não só da África, mas também de todo o mundo, com a inclusão de abordagens de emprego intensivo em diversos setores, mas com um foco principal em infraestruturas (para beneficiar a comunidade) e serviços de transporte em áreas rurais e urbanas de baixos rendimentos. Também permitiram a criação de uma plataforma adicional para o diálogo interministerial e promoveram a harmonização das abordagens relacionadas com a otimização do potencial de emprego dos investimentos públicos.

CONTACTO

OIT – Programa de Investimento em Emprego Intensivo (EIIP)

Email: eiip@ilo.org / +41 22 799 65 46

2. OIT/CINTERFOR

Criação: 1963

O Centro Interamericano para o Desenvolvimento do Conhecimento na Formação Profissional e a Cooperação Sul-Sul e triangular

O Centro Interamericano para o Desenvolvimento do Conhecimento na Formação Profissional (OIT/CINTERFOR) foi criado pela OIT em 1963, a pedido dos países latino-americanos, e está sediado em Montevideo, Uruguai. Tendo como membros mais de 65 organizações na América Latina, Caraíbas, Espanha e Cabo Verde, o Centro promove a capacitação e o desenvolvimento de instituições nacionais de formação, a formação profissional como ferramenta para a inclusão social e o diálogo social na formação profissional. Uma das suas principais ferramentas para a partilha de conhecimento é uma comunidade *on-line*²⁰. Desde a sua criação, o CINTERFOR tem vindo a promover a construção coletiva do conhecimento e a CSST, especialmente em questões relacionadas com o desenvolvimento dos recursos humanos. É um centro especializado da OIT que articula e coordena a maior e mais prestigiada rede de instituições e entidades públicas e privadas dedicadas ao reforço das competências laborais.

Papel do CINTERFOR na disseminação do conhecimento

O Centro promove ativamente e facilita a cooperação, a coordenação e o intercâmbio entre as instituições e entidades que são seus membros. Facilita o diálogo entre iguais sobre questões a nível regional e global e ajuda a estabelecer e reforçar os laços entre os seus membros. Também sistematiza e compartilha conhecimentos e práticas que são gerados a partir desse intercâmbio e colaboração. Um vez que conta com mais de seis dezenas de instituições como membros, é um parceiro fundamental na atualização permanente da plataforma de gestão de conhecimentos disponível para o mundo da formação profissional. O CINTERFOR

²⁰ (<http://www.oitcinterfor.org>).

oferece esta plataforma, que inclui vários serviços para o mundo da formação profissional tais como:

- **Base de dados de Recursos Educacionais:** Acesso a mais de 12 000 recursos. Após a contribuição do SENAI em 2009²¹, foram acrescentadas as contribuições de outras Instituições de Formação Profissional (IFP) na rede. O valor desses recursos é elevado, não só em termos monetários, mas também devido ao seu conteúdo, qualidade e relevância.
- **Base de dados sobre experiências:** Experiências em campos tais como a utilização das TIC na formação, a melhoria de produtividade, o diálogo social e o reconhecimento de competências.
- **Base de dados de competências:** Acesso a mais de 6000 perfis profissionais, identificados e validados pelos parceiros sociais, em vários países e diferentes setores produtivos. Elaboração de projetos curriculares e formas de avaliação e certificação também estão incluídos.
- **Base de dados de especialistas:** Mais de 150 currículos de profissionais estão acessíveis, a maioria deles ligados às IFP e Ministérios membros da rede.
- **Comunidades de aprendizagem e prática:** O CINTERFOR coordena vários fóruns virtuais e comunidades de prática²².

O CINTERFOR tem promovido a construção coletiva do conhecimento através da CSST, a partilha de recursos tecnológicos e a capacitação nos países. Isso ajudou a formar uma rede de apoio que envolve várias instituições, divulga informações e auxilia os processos de integração regional na América Latina e nas Caraíbas.

Porque é que as iniciativas do CINTERFOR são sustentáveis e replicáveis?

O impacto do trabalho do CINTERFOR é caracterizado por um maior acesso ao conhecimento, inovações e experiências de sucesso. A sua plataforma tem sido visitada por pessoas de 196 países. Os objetivos do centro incluem promover e fortalecer a CSST para o desenvolvimento institucional e para a modernização da formação profissional entre os seus membros e de outras regiões do mundo.

²¹ <http://www.senai.fieb.org.br>

²² <http://evc.oitcinterfor.org>

Estes objetivos são consistentes com a Estratégia de Formação do G20 e podem ser replicados à escala global. Ao contribuir para a disseminação do conhecimento sobre formação profissional, o CINTERFOR reforça o papel da CSST na elaboração de planos e estratégias nacionais que estão em consonância com a Agenda do Trabalho Decente. Da mesma forma, os projetos desenvolvidos sob os seus auspícios são uma fonte de inspiração para expandir as experiências de partilha de conhecimentos a outros campos relevantes para o mundo do trabalho. Por exemplo, após o sucesso de partilha de conhecimentos no domínio da formação profissional, um Sistema de Medição Integrada e Melhoria da Produtividade (SIMAPRO) foi introduzido em vários países. O SIMAPRO é um mecanismo²³ participativo para a gestão do conhecimento nas organizações. Ajuda a gerar um sistema que liga a formação com a produtividade de uma forma permanente, holística e inclusiva. O sistema emprega uma ferramenta de medição e um mecanismo de *feedback* envolvendo funcionários de todos os níveis.

INFORMAÇÃO DO PROJETO/INICIATIVA

<http://www.oitcinterfor.org/en/general/mission-vision-and-functions>

CONTACTO

OIT – Centro Interamericano para o Desenvolvimento
do Conhecimento na Formação Profissional (CINTERFOR)

Email: oitcinterfor@oitcinterfor.org

+598 29 02 05 57

²³ <http://www.oitcinterfor.org/en/productividad/simapro>

3.

A experiência do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial na implementação da Cooperação Sul-Sul e triangular

Datas de implementação: A decorrer

Descrição da boa prática de Cooperação Sul-Sul e triangular



Fundado em 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é uma organização brasileira sem fins lucrativos com a missão de oferecer educação técnica e profissional e formação em áreas industriais de especialização e promover a investigação aplicada e a transferência de tecnologia para o benefício da indústria

brasileira. O SENAI é um dos principais atores brasileiros na Cooperação Sul-Sul. Juntamente com o Ministério das Relações Exteriores, o SENAI é responsável pela implementação de 15 centros de formação técnica e profissional na América Latina, África e Ásia. O SENAI também foi convidado pelos maiores fornecedores de ajuda ao desenvolvimento (Alemanha e Japão) para conceber e executar projetos triangulares estruturais na América Latina e África.

A instituição é responsável pela formação de 2,5 milhões de profissionais por ano e pela administração de uma rede de 809 unidades operacionais fixas e móveis, com 55 milhões de alunos matriculados desde a sua criação. Inicialmente direcionado para a educação profissional, o SENAI é hoje uma referência mundial na formação profissional, assistência técnica e tecnológica bem como na produção e divulgação de informação.

A instituição tem vindo a adaptar-se de forma constante às necessidades da indústria nacional através de um alinhamento estratégico organizado em torno das mudanças no contexto sociopolítico e económico ao longo das suas mais de sete décadas de existência²⁴.

²⁴ <http://www.oitcinterfor.org/node/2420>

Porque é que este programa Sul-Sul é sustentável e inovador?

O SENAI atinge um público amplo através dos seus programas de formação. Também promove a acessibilidade aos seus materiais de formação para os alunos com necessidades especiais. Além disso, através da oferta de uma plataforma de ensino à distância, o SENAI dá acesso a centenas de cursos de formação inicial e contínua bem como a cursos de pós-graduação. Além disso, também oferece soluções à medida para as necessidades específicas das empresas²⁵. Estes cursos estão disponíveis 24 horas por dia, 7 dias por semana e cobrem mais de 20 áreas tecnológicas. Da mesma forma, o «SENAI Móvel» tem como objetivo melhorar a sua tecnologia educacional e o apoio físico e pedagógico por meio de aplicações móveis, incluindo novos métodos de aprendizagem e *kits* didáticos. Este projeto é sustentável devido à sua extensa e atualizada oferta de ensino técnico e de formação profissional em termos de aprendizagem, cursos de qualificação, cursos técnicos, cursos de graduação e programas de pós-graduação. As áreas de tecnologia e inovação são cobertas nos domínios de assistência técnica, transferência de tecnologia e pesquisa aplicada (I&D). O SENAI adapta-se às atuais e futuras tendências industriais através de uma aposta constante na modernização dos seus recursos tecnológicos e da sua infraestrutura.

A contribuição do SENAI para o mundo do trabalho é consistente com as principais políticas públicas de educação técnica e formação profissional²⁶. Os métodos de implementação envolvem a expansão do programa de certificação de competências a todo o país, aumentando a oferta de cursos em sintonia com as tendências industriais através da utilização de análise prospetiva, ampliando a rede de ensino à distância do SENAI e desenvolvendo programas de formação de professores, técnicos e gestores, garantindo investimentos anuais para manter as instalações e as tecnologias atualizadas, expandir o uso de tecnologias móveis em regiões distantes, e consolidar uma avaliação sistemática do processo educativo.

²⁵ http://www.portaldaindustria.com.br/senai/iniciativas/programas_servicos/

²⁶ 1.) Aumentar o número de centros de formação técnica e profissional, 2.) Estimular uma maior interação entre a formação profissional e a educação básica, 3.) Aumentar o financiamento para promover a modernização das instalações e a formação de professores, e 4.) Desenvolver um sistema de certificação de competências.

INFORMAÇÃO DO PROJETO/INICIATIVA

<http://www.portaldaindustria.com.br/senai/>

<http://www.senai70anos.com.br/#>

CONTACTO

OIT – Centro Interamericano para o Desenvolvimento do Conhecimento na Formação Profissional (CINTERFOR)

Email: oitcinterfor@oitcinterfor.org

+598 29 02 05 57

4.

A gestão do conhecimento na qualidade e equidade da formação profissional e a sua contribuição para o Trabalho Decente na América Latina e Caraíbas

Datas de implementação: junho de 2008 – maio de 2011

Descrição da boa prática de Cooperação Sul-Sul e triangular



Este projeto fortaleceu as instituições de formação profissional através da gestão do conhecimento com o objetivo de melhorar a igualdade e a equidade das políticas de formação profissional, serviços de emprego e orientação profissional. O projeto teve como objetivo integrar conhecimentos, boas práticas e estratégias desenvolvidas em fases anteriores de cooperação, e foi executado pelo Centro Interamericano para o Desenvolvimento do Conhecimento na Formação Profissional (OIT/CINTERFOR). Uma das suas principais ferramentas para a partilha de conhecimento é a sua comunidade *on-line*.

Âmbito da cooperação

Este projeto recebeu financiamento da Agência Suíça de Cooperação para o Desenvolvimento (SDC), facilitando o intercâmbio entre os vários países da América Latina e Caraíbas, e é um exemplo ideal de cooperação triangular. O projeto foi implementado para atender à necessidade de aceder a uma plataforma virtual para permitir o intercâmbio de boas práticas por parte das instituições de formação profissional da América Latina e Caraíbas. Com o CINTERFOR responsável pela execução, a Cooperação Sul-Sul e triangular concretizou-se devido ao empenho dos países da América Latina e Caraíbas.

Porque é que esta prática Sul-Sul é inovadora e sustentável?

Ao utilizar tecnologias de informação e comunicação (TIC) para compartilhar conhecimento, o projeto atinge um público amplo (por exemplo, sindicatos, ministérios do trabalho e institutos de formação profissional). Além disso, o uso das TIC é eficiente em termos de custos uma vez que requer uma infraestrutura mínima. O CINTERFOR depende fortemente das TIC para facilitar a partilha de conhecimento e fóruns *on-line* e bases de dados permitem a divulgação de experiências e pesquisas. A plataforma de partilha de conhecimento do CINTERFOR permite o acesso a mais de 12 000 recursos de ensino, mais de 6000 perfis de competências e experiências relevantes²⁷. Várias Instituições de Formação Profissional (IFP) estão a disponibilizar formação através de aplicações para dispositivos móveis²⁸.

Porque é que esta prática de partilha de conhecimento é replicável?

A criação de uma plataforma virtual de partilha de conhecimentos é consistente com a Estratégia de Formação do G20, que visa equipar a força de trabalho com as competências necessárias para os empregos de hoje e do futuro²⁹. Para os profissionais, há um interesse em analisar a estrutura de outros programas de formação profissional e as possibilidades de replicação. Para os decisores políticos, a plataforma

²⁷ <http://www.oitcinterfor.org/banco-recursos-didacticos/inicio>

²⁸ http://www.oitcinterfor.org/tic_formacion/inicio

²⁹ http://www.ilo.org/skills/pubs/WCMS_151966/lang--en/index.htm

é útil para saber mais sobre outros pontos de vista e obter *feedback* sobre os resultados das políticas em outros países antes de tomar as suas próprias decisões.

INFORMAÇÃO DO PROJETO/INICIATIVA

O escritório de contacto primário é o CINTERFOR, com sede em Montevidéu, Uruguai

CONTACTO

OIT – Centro Interamericano para o Desenvolvimento do Conhecimento na Formação Profissional (CINTERFOR)

Email: oitcinterfor@oitcinterfor.org

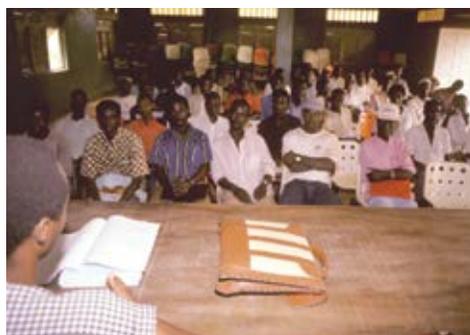
+598 29 02 05 57

5.

Gerir a sua Cooperativa Agrícola – My.COOP

Publicação: 2011

Descrição da boa prática de Cooperação Sul-Sul e triangular



Gerir a sua Cooperativa Agrícola (My.COOP)³⁰ é um pacote de formação publicado em 2011. Abrange desafios gerenciais que muitas cooperativas agrícolas enfrentam, e baseia-se na ideia de que são necessárias cooperativas fortes para uma distribuição mais equitativa da renda, democracia e desenvolvimento económico e social. My.COOP é uma

iniciativa de parceria que se baseia no sucesso do programa da OIT – Materiais e Técnicas para a Gestão Cooperativa (MATCOM) – que decorreu entre 1978 até

³⁰ http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_167315.pdf

ao início da década de 1990 e que desenvolveu mais de 40 ferramentas de formação. O pacote de formação My.COOP inclui um manual do formador, quatro módulos, e um conjunto de ferramentas de aprendizagem móvel³¹. É usada uma estratégia de cinco vertentes:

- Formação de formadores e formação de gestores pelo CIF-OIT³²;
- A rede de parceiros e formadores;
- Ensino presencial e à distância, e Autoaprendizagem;
- O uso de uma plataforma da comunidade My.COOP onde uma série de serviços e ferramentas podem ser encontrados tais como um programa de ensino à distância para a formação de formadores, material de formação My.COOP traduzido e adaptado, e informações sobre os parceiros;
- Um pacote contendo os manuais e módulos em folhetos.

Âmbito da cooperação

A parceria My.COOP foi iniciada pela Cooperativa de Facilitação para África e pelo Departamento de Cooperativas da OIT (COOP). Esta parceria inclui outras organizações de apoio: a Agriterra, o Colégio Cooperativo do Quênia, a FAO, o CIF-OIT, a Federação Nacional dos Produtores Agrícolas do Quênia, o Colégio Universitário Moshi para Estudos Empresariais Cooperativos, o Centro de Desenvolvimento Cooperativo da Nigéria, o Instituto Real Tropical, a Aliança Cooperativa do Uganda e a Universidade e Centro de Pesquisa Wageningen.

³¹ O manual do formador: Uma série de atividades de aprendizagem para cada módulo e uma amostra de um programa de formação. Módulo 1. Noções básicas de cooperativas agrícolas: conceitos básicos de cooperativas agrícolas; desafios para as cooperativas; governança cooperativa; gestão, formação de capital e financiamento. Módulo 2. Prestação de serviços de cooperativa: quais são as necessidades dos seus membros? ; Quais os serviços a fornecer? ; Quem irá fornecer o serviço?. Módulo 3. Fornecimento de fatores de produção agrícola: aquisição de materiais destinados à produção; armazenamento e gestão de estoque; venda do serviço. Módulo 4. Marketing cooperativo: marketing de serviços, marketing estratégico; certificação.

O conjunto de ferramentas de aprendizagem móvel. Atividades de aprendizagem que utilizam o telefone móvel para melhorar a formação em sala de aula antes, durante ou após o evento.

³² <http://moodle.iticilo.org/mycoop/>

Impacto da iniciativa

As ações de formação destinam-se a reforçar a gestão das cooperativas agrícolas para que estas possam oferecer aos seus membros serviços de alta qualidade de forma eficiente e eficaz. Além disso, são fornecidas orientações para garantir a satisfação dos membros, facilitar as oportunidades de negócios e abordar os aspetos sociais. Os beneficiários diretos do pacote de formação incluem formadores de cooperativas, gestores de cooperativas agrícolas e membros envolvidos em tarefas gerenciais. Funcionários e membros da cooperativa agrícola e da comunidade local beneficiam indiretamente do programa devido a mudanças organizacionais.

Porque é que esta prática Sul-Sul é sustentável e replicável?

Estão a decorrer atividades piloto de formação e adaptações ao contexto nacional na Bolívia, Nigéria e Peru. A rede de parceiros My.COOP permite que o pacote de formação seja alargado a outros países. Embora os materiais de formação existentes estejam disponíveis apenas em Inglês, serão em breve traduzidos para o espanhol para atingir um público mais amplo. O pacote de formação My.COOP é adaptável a situações e contextos locais. Por exemplo, os módulos e tópicos podem ser usados de forma independente e em qualquer ordem para satisfazer necessidades específicas. Existe a descrição de casos práticos de várias partes do mundo, com caixas explicativas sobre as definições e conceitos.

Finalmente, o pacote de formação é muito flexível devido à estratégia acima mencionada. Ele deixa espaço para a Autoaprendizagem e oferece oportunidades de realização de exercícios. Da mesma forma, o ensino presencial e à distância (plataforma de recursos My.COOP) contribuem para o sucesso do programa e são direcionados a cooperativas a nível mundial.

INFORMAÇÃO DO PROJETO/INICIATIVA

OIT – Departamento de Cooperativas
da OIT (EMP/COOP): www.ilo.org/coop

CONTACTO

Departamento de Cooperativas da OIT (EMP/COOP)
Email: coop@ilo.org
+41 22 799 74 45

A Cooperação Sul-Sul e a Proteção Social



A OIT está empenhada em ajudar os países a alargar a proteção social para todos os grupos sociais e a melhorar as condições laborais de trabalho e a segurança laboral. A extensão da proteção social é um bem público internacional que contribui para a paz e a coesão social, a estabilidade política e o desenvolvimento económico regional. Os regimes de proteção social nos países em desenvolvimento normalmente abrangem apenas os cidadãos com emprego no setor formal, enquanto a grande maioria da população trabalha no setor informal. De facto, apenas 20% da população mundial tem acesso a segurança social adequada. Os Pisos de Proteção Social (PPS) oferecem um forte apoio para o crescimento do emprego formal, incluindo os trabalhadores no âmbito das estratégias nacionais de desenvolvimento, contribuindo assim para minorar a exclusão social e a pobreza. Assim, os programas inovadores de transferência de rendimento desenvolvidos no Sul são formas de sucesso para que a cobertura possa ser alargada e retratam a importância do papel que alguns países podem desempenhar como atores em vez de espetadores da cooperação para o desenvolvimento.

A Campanha de *Segurança Social e Cobertura para Todos* (o documento foi assinado entre 18 países, a Comissão Europeia e o Centro Internacional de Formação da OIT, Turim), oferece um ambiente propício para a Cooperação Sul-Sul dentro deste domínio. A campanha foi lançada em 2001 durante a Conferência Internacional do Trabalho, em que os governos, empregadores e representantes dos trabalhadores chegaram a um novo consenso sobre a segurança social como uma ferramenta importante para reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento social e económico. Desde então, a OIT tem tomado uma série de iniciativas, incluindo a troca de experiências e a formação de especialistas,

para o desenvolvimento de políticas sociais baseadas em esquemas de apoio às famílias.

A ONU lançou a Iniciativa do Piso de Proteção Social (I-PPS), aprovada em abril de 2009 pelo Conselho Executivo de Coordenação dos Chefes do Secretariado da Organização das Nações Unidas, que consiste numa das suas nove iniciativas para enfrentar a atual crise global e foi apoiada por uma resolução aprovada pela Assembleia Geral da ONU³³. Tem por objetivo promover estratégias, definidas a nível nacional, que salvaguardem um nível mínimo de acesso a serviços essenciais e segurança de rendimento para todos. Um Piso de Proteção Social nacional garante o acesso a serviços essenciais e apoio durante todo o ciclo de vida das crianças, pessoas em idade ativa e idosos, prestando especial atenção aos grupos vulneráveis e considerando as características relevantes de determinados contextos (sexo, nível socioeconómico, etnia, incapacidades, populações expostas a riscos naturais, entre outros).

Garantir um PPS para toda a população mundial representa um desafio considerável, mas a pesquisa demonstrou que é possível implementar todos ou alguns dos elementos básicos do piso de proteção social, mesmo em países de baixo rendimento com um conjunto adequado de políticas implementadas para uma melhor adaptação às suas realidades. Neste sentido, a Recomendação n.º 202 sobre os Pisos de Proteção Social, emitida em 2012, fornece orientações para os membros da OIT de forma a «estabelecer e manter, conforme o caso, os PPS como um elemento fundamental dos seus sistemas nacionais de segurança social», e implementar PPS no âmbito das estratégias nacionais para a extensão da segurança social.

Muitos países em desenvolvimento já tomaram medidas bem sucedidas para introduzir elementos dos pisos nacionais de proteção social. Alguns programas emblemáticos têm mostrado que o impacto do piso de proteção social sobre a pobreza pode ser extraordinário, como o *Oportunidades* e *Seguro Popular* no México, o *Bolsa Família* no Brasil, o sistema de seguro de saúde subsidiado na Colômbia, o sistema de bolsas de apoio à infância, velhice e invalidez na África do Sul, o regime de seguro de saúde no Ruanda, o regime de garantia de emprego de 100 dias ou *Yeshashwini* e os sistemas de saúde na Índia.

Isto comprova que os elementos dos pisos de proteção social nacionais, incluindo as redes de segurança, já estão em vigor em alguns países do Sul global

³³ A Resolução A/C.2/64/L.61 «saúde a iniciativa conjunta lançada em 2009 pelo Conselho Executivo de Coordenação dos Chefes do Secretariado da Organização das Nações Unidas, para a coordenação de pisos de proteção social, com o propósito de promover e aconselhar sobre a provisão financeira dos pisos de proteção social e da despesa pública em modelos que impulsionem o crescimento e apoiem um desenvolvimento social e económico mais inclusivo e sustentável».

com suficiente capacidade institucional. Considerando o conhecimento técnico desses países, eles podem apoiar outros países nos seus esforços para construir, expandir, ampliar e reorientar os seus sistemas de proteção social, oferecendo assistência técnica e capacitação através do fornecimento de *know-how* e consultores e especialistas no âmbito de um intercâmbio Sul-Sul. As seguintes boas práticas ilustram como a OIT trabalha em estreita colaboração com vários parceiros para promover a divulgação de iniciativas replicáveis que garantam o acesso a pisos nacionais de proteção social para milhões de pessoas, incluindo os mais vulneráveis.

1.

A Cooperação Sul-Sul para a implementação de pisos de proteção social sensíveis às questões de género a nível nacional

Implementação: O lançamento oficial da iniciativa de Cooperação Sul-Sul ocorreu em Phnom Penh, no Camboja, em 26 de abril de 2012.

Descrição da boa prática de Cooperação Sul-Sul e triangular



O Projeto conjunto da OIT-PNUD SU/SSC (Unidade Especial para Cooperação Sul-Sul do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) sobre «Cooperação Sul-Sul e triangular para a implementação de pisos de proteção social sensíveis às questões de género a nível nacional» (doravante referida como a Iniciativa de

Cooperação Sul-Sul) é o resultado de uma maior colaboração entre o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul e a OIT³⁴. O projeto visa facilitar a Cooperação Sul-Sul e triangular entre países e outros parceiros, que tenham adquirido competências numa determinada área relacionada com a conceção e

³⁴ <http://south-south.ipc-undp.org/library/successful-social-protection-floor-experiences.html>

implementação de políticas relativas ao Piso de Proteção Social (PPS) ou dos seus componentes específicos, com os países que atualmente procuram assistência para superar um desafio particular nos seus esforços para reformar, desenhar e implementar políticas e componentes do PPS³⁵.

O projeto presta especial atenção à promoção de uma abordagem sensível às questões de género na introdução de elementos do PPS a nível nacional. Também contribui para o desenvolvimento institucional em vários níveis: 1) melhora a Cooperação Sul-Sul e triangular em particular ao facilitar a troca de experiências entre os países parceiros; 2) melhora as capacidades técnicas dos membros dos governos e das instituições de segurança social para planear, gerir e implementar serviços sociais sensíveis às questões de género e transferências; e 3) aumenta a conscientização e fornece uma base de dados concreta para os intervenientes nacionais, agências da ONU, parceiros de desenvolvimento técnico e financeiro, e outros parceiros e organizações envolvidas na proteção social, uma vez que permite documentar e disseminar a experiência compartilhada e os resultados do projeto [nomeadamente através de plataformas de Internet, tais como a Extensão Global da Segurança Social (GESS)³⁶ e a Academia de Desenvolvimento Global Sul-Sul (GSSD)³⁷].

Porque é que os mecanismos do Piso de Proteção Social são replicáveis?

Muitos países em desenvolvimento já tomaram medidas bem sucedidas para introduzir elementos dos pisos nacionais de proteção social. Os programas nesses países mostram que o impacto do piso social sobre a pobreza, vulnerabilidade e desigualdade pode ser extraordinário. Considerando o conhecimento técnico desses países do Sul, eles estão numa posição única para aconselhar e apoiar outros países nos seus esforços para construir, expandir, ampliar ou reorientar os seus sistemas de

³⁵ Em abril de 2009, o Conselho Executivo de Coordenação dos Chefes do Secretariado da ONU lançou a Iniciativa Piso de Proteção Social (I-PPS) como uma das nove iniciativas para enfrentar a crise financeira e económica e acelerar a recuperação. O Piso de Proteção Social (PPS) foi posteriormente adotado durante a Conferência Internacional do Trabalho de 2009, como um elemento-chave do Pacto Global para o Emprego. Durante a 101.ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho (junho de 2012), os membros da OIT adotaram a Recomendação sobre Pisos de Proteção Social, que fornece orientações para os membros da OIT de forma a «estabelecer e manter, conforme o caso, um PPS como elemento fundamental dos seus regimes nacionais de segurança social», e a implementar um PPS no âmbito das estratégias nacionais para a extensão da segurança social.

³⁶ <http://www.social-protection.org/gimi/gess/ShowMainPage.do>

³⁷ <http://tcde2.undp.org/GSSDAcademy/default.aspx>

proteção social. É reconhecido que o conhecimento, as competências e os conhecimentos técnicos que podem ser partilhados por meio da Cooperação Sul-Sul e triangular, em muitos casos são os mais adequados para responder aos desafios de desenvolvimento enfrentados por outros países do Sul.

No Camboja, a iniciativa de Cooperação Sul-Sul apoia a implementação de uma estratégia nacional de proteção social e o desenvolvimento de regimes específicos de proteção social. No início, foi concedido apoio ao projeto de um serviço de balcão único, chamado PEOPLE (Promoção e Valorização de Pessoas, Sustento e Capital), caracterizado por ser um mecanismo inovador destinado a melhorar a coordenação, monitorização e implementação de um sistema de proteção social integrada e de políticas/intervenções no mercado de trabalho para os pobres e vulneráveis, que foi lançado em 2012 pelo primeiro-ministro do Camboja. O serviço PEOPLE é um mecanismo de coordenação entre os principais programas de proteção social e serviços relacionados com o emprego que utiliza uma base de dados integrada. Alguns países já implementaram alguns ou todos os componentes de uma tal abordagem de coordenação, incluindo a Índia, Brasil, Argentina, Chile, África do Sul, Paquistão e China. As lições aprendidas por esses países com longa experiência nesta área são muito úteis para adaptar o conceito ao contexto do Camboja. O intercâmbio Sul-Sul desempenha um papel fundamental na fase de implementação ao facilitar a transferência de *know-how* e tecnologia.

Em 2012, uma primeira missão Sul-Sul de consulta e partilha de conhecimentos com um especialista indiano em «Convergência de Missão» foi organizada no âmbito da elaboração de um sistema de proteção social. Em junho de 2012, decorreram missões de intercâmbio Sul-Sul com proeminentes especialistas tailandeses do Gabinete de Segurança Nacional de Saúde (NHSO) e do Gabinete de Pesquisa do Sistema de Seguros de Saúde (HISRO), para apoiar a conceção do sistema informático para a gestão e acompanhamento do Regime de Seguro de Saúde do Fundo Nacional de Segurança Social (NSSF).

No Togo, a iniciativa de Cooperação Sul-Sul apoia a Comissão Nacional de Proteção Social, que foi criada em 2012 pelo primeiro-ministro, e é responsável pela elaboração da Estratégia Nacional de Proteção Social. A pedido do país, a primeira missão técnica ocorreu em outubro de 2012 com especialistas brasileiros e indianos que apoiaram a elaboração da estratégia nacional de proteção social e o desenvolvimento de sistemas integrados de proteção social, simultaneamente concentrando-se no desenvolvimento de mecanismos de entrega e implementação que irão incentivar a coordenação entre sistemas, instituições e diferentes níveis técnicos nos vários ministérios.

Porque é que esta prática Sul-Sul é sustentável?

O projeto facilita a partilha de informações e experiências entre países parceiros. Apenas os países que identificaram a proteção social como uma prioridade nos seus quadros nacionais de desenvolvimento e que tenham solicitado assistência técnica foram selecionados como países requerentes para este projeto. Isto irá assegurar o compromisso e a apropriação por parte dos países parceiros. Uma vez que a facilitação da partilha de experiências e a prestação de assistência técnica só irá fornecer uma base de evidências para que os países melhorem os seus processos de planeamento para as atividades relacionadas com o PPS, a sustentabilidade dos resultados do projeto e o impacto sobre os beneficiários finais vai depender de como os países requerentes que forem selecionados irão usar os resultados nas suas estratégias futuras de elaboração e implementação de políticas. A responsabilidade pela implementação dos elementos do piso de proteção social cabe, portanto, aos governos nacionais.

Outros parceiros financeiros e técnicos foram envolvidos na implementação da estratégia nacional de proteção social e no desenvolvimento de sistemas de proteção social específicos, que irão reforçar a sustentabilidade dos resultados do projeto e o impacto sobre os beneficiários.

CONTACTO

OIT – Departamento de Proteção Social (SOCPRO)

Email: secsoc@ilo.org

+41 22 799 75 65

2.

Inovações em Programas Públicos de Emprego na Organização Internacional do Trabalho; Programas Públicos de Emprego; e Transferências Condicionadas de Rendimento

Datas de implementação: abril 2009 – em curso

Descrição da boa prática de Cooperação Sul-Sul e triangular



No contexto da CSST, a OIT está a trabalhar em conjunto com vários parceiros para destacar as inovações em Programas Públicos de Emprego (PPE), promovendo a Convenção sobre Política de Emprego da OIT (n.º 122, 1964) ao fomentar «o pleno emprego, produtivo e livremente escolhido» e a Recomendação sobre os Pisos de

Proteção Social (n.º 202, 2012) defendendo as garantias de emprego e segurança de rendimento. A OIT, através do seu Programa de Investimento em Emprego Intensivo (EIIP), desenvolveu um pacote de formação modular, incluindo um exercício de conceção e um guia prático. Cursos de formação modular têm sido oferecidos anualmente em colaboração com o Centro Internacional de Formação da OIT em Turim (CIF-OIT) desde 2009, possibilitando também a criação de uma plataforma de aprendizagem acessível através da Internet³⁸. Além disso, o Programa de Investimento em Emprego Intensivo (EIIP) tem facilitado o desenvolvimento do conhecimento Sul-Sul e a partilha de experiências sobre a conceção de esquemas públicos de emprego em larga escala através de várias instâncias, incluindo a Fundação Mary Robinson para a Justiça Climática, a Conferência Internacional sobre «*Inovações em Programas Públicos de Emprego e Crescimento Inclusivo Sustentável*»³⁹ sob os auspícios do Fórum IBAS (Índia-Brasil-África do

³⁸ <http://ipep.ito.org>

³⁹ A iniciativa de desenvolvimento trilateral do Fórum IBAS (Índia-Brasil-África do Sul) tem sido um dos principais motores da Cooperação Sul-Sul e correspondentes intercâmbios. Apesar de já não ser recente, a Cooperação Sul-Sul tornou-se mais visível nos últimos anos, com a intensificação do intercâmbio técnico, cultural, económico e político entre os países. As pontes entre o Fórum IBAS e a OIT foram estabelecidas na 4.ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo em abril de 2010, quando os líderes dos países do Fórum

Sul), e mais recentemente a Exposição Global de Desenvolvimento Sul-Sul sobre «*Energia, Mudanças Climáticas e Trabalho Decente*»⁴⁰. A OIT também trabalha em estreita colaboração com os países do Fórum IBAS para promover as lições aprendidas a partir de iniciativas como a Lei Nacional de Garantia de Emprego Rural Mahatma Gandhi (MGNREGA) da Índia, o Bolsa Família⁴¹ do Brasil e o Programa de Trabalho Comunitário da África do Sul⁴². Este último faz parte de um Programa Alargado de Obras Públicas (EPWP) que visa proporcionar o alívio da pobreza e a atribuição de rendimento aos desempregados por meio de trabalho temporário socialmente útil.

Os programas de Transferência Condicionada de Rendimento (TCR) tornaram-se populares durante a última década. São programas que transferem dinheiro para as famílias pobres em troca do cumprimento de condições específicas de comportamento⁴³. Os maiores exemplos, como o Bolsa Família do Brasil e o Oportunidades do México, cobrem milhões de famílias e são um trunfo importante para a redução da pobreza. Por outro lado, os programas de proteção social incluem os PPE, também conhecidos como sistemas de garantia de emprego⁴⁴. Por exemplo, o MGNREGA da Índia oferece uma garantia legal de pelo menos 100 dias de trabalho em programas de obras públicas por ano, ao nível do salário

IBAS reiteraram a necessidade de promover uma recuperação intensiva de emprego após a desaceleração económica e criar um quadro para o crescimento sustentável. Neste contexto, um *workshop* internacional sobre Cooperação Sul-Sul designado «Inovações em Programas Públicos de Emprego e Crescimento Inclusivo Sustentável» foi realizado em Nova Deli, Índia, de 1 a 3 de março de 2012. O *workshop* foi organizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego do Governo da Índia, em colaboração com os Ministérios do Desenvolvimento Rural e das Relações Exteriores, com a colaboração técnica da Organização Internacional do Trabalho. O principal objetivo do *workshop* foi compartilhar conhecimentos entre países para garantir uma melhor coesão para um crescimento inclusivo e equitativo.

(<http://www.ilo.org/newdelhi/whatwedo/eventsandmeetings/ibsa/lang-en/index.htm>) and (http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---asia/---ro-bangkok/---sro-new_delhi/documents/genericdocument/wcms_175401.pdf).

⁴⁰ http://www.ilo.org/pardev/partnerships-and-relations/south-south/WCMS_194302/lang-en/index.htm

⁴¹ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de rendimento, lançado em outubro de 2003 e instituído por Lei Federal. Os seus principais objetivos são proporcionar rendimento para as famílias mais pobres de modo a combater a fome e a pobreza e para promover o acesso dessas famílias à saúde, educação e serviços públicos de assistência social.

⁴² O Programa de Trabalho Comunitário (CWP) é um programa do governo que visa o combate à pobreza e ao desemprego. O programa fornece uma rede de segurança de trabalho, dando aos participantes um número mínimo de dias normais de trabalho, normalmente dois dias por semana ou oito dias por mês, proporcionando, assim, um fluxo de receitas previsível.

⁴³ *Conditional Cash Transfers: Reducing Present and Future Poverty*, World Bank Policy Research Report, 2009, disponível em: (http://siteresources.worldbank.org/INTCCT/Resources/5757608-1234228266004/PRR-CCT_web_noembargo.pdf).

⁴⁴ O Pacto Mundial para o Emprego da OIT, fez apelo ao «uso de esquemas de garantias públicas de emprego para o trabalho temporário, programas de obras públicas de emergência e outros esquemas de criação direta de empregos que sejam bem direcionados e incluam a economia informal».

mínimo para cada família rural cujos adultos se voluntariam para realizar trabalho manual não qualificado em prol da sociedade⁴⁵.

O Programa de Investimento em Emprego Intensivo (EIIP) através do documento «Para o Direito ao Trabalho – Inovações em Programas Públicos de Emprego (IPPE)»⁴⁶, abordou a questão de como o desemprego e outros problemas relacionados com o emprego constituem um desafio constante, e não só em tempos de crise, enfrentado por muitos governos. Em muitas partes do mundo, o desemprego estrutural é o resultado do crescimento sem emprego, sendo que o mercado é incapaz de criar emprego na escala necessária. Os PPE podem ser uma ferramenta fundamental para proteger os mais vulneráveis dos choques, e ao mesmo tempo, desenvolver as infraestruturas, bens e serviços sociais que promovam o desenvolvimento social e económico, seja em resposta a uma crise, ou como parte de uma política de emprego em contraciclo e de longo prazo. O Programa de Investimento em Emprego Intensivo (EIIP) tem vindo a desempenhar um papel fundamental no sentido de facilitar as discussões e estimular o intercâmbio de experiências e inovações, destacando não só os benefícios, mas também as lições aprendidas a partir dos desafios enfrentados pelos países do Sul.

O Programa de Investimento em Emprego Intensivo da OIT visa o trabalho com governos, organizações de empregadores e trabalhadores, o setor privado e associações comunitárias de forma a orientar os investimentos em infraestruturas para a criação de níveis mais elevados de emprego produtivo e para a melhoria do acesso aos bens e serviços básicos para os pobres. Este uso combinado de participação local no planeamento, com a utilização de competências disponíveis localmente, e tecnologia, materiais e métodos de trabalho adequados provou ser uma abordagem eficaz e economicamente viável para obras de infraestrutura em países em desenvolvimento. O papel importante e eficaz que o Estado pode desempenhar na criação de emprego produtivo tem sido amplamente debatido e, de certa forma, tornou-se mais amplamente aceite. Em muitos fóruns internacionais, a necessidade de partilhar e documentar essas experiências globais – o que funcionou e porquê – tem sido salientada. A OIT, como outras instituições, vem contribuindo para as avaliações de várias políticas e intervenções no espaço fiscal após a recente crise financeira. Os programas públicos de emprego complementam o aumento do investimento através

⁴⁵ A Lei Nacional de Garantia de Emprego Rural Mahatma Gandhi (MGNREGA) é um programa de trabalho remunerado. Foi promulgada em 7 de setembro de 2005 como «uma lei para promover o reforço da segurança da subsistência das famílias nas áreas rurais do país, garantindo pelo menos cem dias de trabalho remunerado por ano e por família».

⁴⁶ http://www.ilo.org/employment/Whatwedo/Publications/working-papers/WCMS_158483/lang-en/index.htm

dos canais regulares de investimento público e ajudam os países a lidar com as consequências das crises no mercado de trabalho. Os investimentos regulares e programas públicos de emprego apoiam-se mutuamente⁴⁷.

Porque é que estas práticas Sul-Sul são sustentáveis e replicáveis?

A abordagem das Inovações em Programas Públicos de Emprego (IPPE) está solidamente fundamentada num conjunto escalável e modular de aprendizagem que vai continuar a ser gerido globalmente pelo CIF-OIT e também pode ser realizado a nível regional ou nacional. O pacote de aprendizagem continua a ser atualizado e modificado com base em cada *workshop* e na experiência de aprendizagem de cada país participante, e é oferecido em Turim como um Curso Aberto Internacional, de carácter autónomo e autossuficiente. A fim de promover um debate político mais amplo, foram realizadas discussões iniciais para colaborar com instituições nacionais de um número selecionado de países-chave que têm mostrado interesse em colaborar ainda mais com o Programa de Investimento em Emprego Intensivo (EIIP) de forma a realizar mais pesquisas sobre questões de convergência e sustentabilidade, e divulgar as melhores práticas e inovações em programas públicos de emprego. Com base na experiência adquirida em países como a Etiópia, Índia e África do Sul, muitos países criaram ou estão em processo de criação de novos PPE. A demanda por formação em áreas específicas associadas com inovações em PPE é, portanto, muito grande. No seguimento de vários pedidos, o Programa de Investimento em Emprego Intensivo (EIIP) realizou *workshops* internacionais e nacionais, com base na abordagem das Inovações em Programas Públicos de Emprego (IPPE), em países como o Brasil, Egito, Índia, Quênia e África do Sul.

Já desde o início do Programa de Investimento em Emprego Intensivo na década de 1970 que se constatou o potencial para a replicação Sul-Sul de vários aspetos inovadores do investimento em emprego intensivo através de abordagens setoriais para os investimentos públicos. Com os programas públicos de emprego tem-se registado a expansão para uma abordagem multi-setorial, com uma maior incidência na replicação Sul-Sul de boas práticas, focando alguns aspetos de regimes nacionais de emprego e proteção social. Se tomarmos o exemplo das normas de trabalho, que têm sido uma importante fonte de controvérsia ao longo dos anos, a garantia de emprego adotada na Índia tem realmente ajudado à mudança deste

⁴⁷ Nota concetual do EIIP, «Programa de Investimento em Emprego Intensivo (EIIP): Boas Práticas e iniciativas de sucesso na Cooperação Sul-Sul e Triangular», fevereiro de 2012.

debate. Se uma garantia de emprego oferece trabalho em condições mínimas e aceitáveis – e negligencia o trabalho abaixo deste nível de condições – então um objetivo social já foi alcançado, ou seja a redução da vulnerabilidade e da pobreza em geral. Assim, proporciona-se um trabalho regular e previsível e promove-se a dignidade humana, aspetos fundamentais para o mandato da OIT.

Porque é que a Cooperação Sul-Sul e triangular tem uma vantagem comparativa no apoio às Inovações em Programas Públicos de Emprego?

- a) *Desenvolver as capacidades dos especialistas nacionais e decisores políticos que estejam envolvidos na elaboração de políticas em diferentes ministérios (desenvolvimento rural, obras públicas, planeamento, governo local, género, juventude, etc.).*

O Programa de Investimento em Emprego Intensivo (EIIP) comprometeu-se a desenvolver o Documento de Política e Pacote de Aprendizagem Sul-Sul em 2009 com o intuito de permitir que os responsáveis pelo desenvolvimento de soluções (Etiópia, Índia e África do Sul) conseguissem apresentar o seu programa público de emprego destacando não só os benefícios, mas também os desafios enfrentados de forma a beneficiar outros países que estejam envolvidos num processo de conceção do seu próprio programa público de emprego contribuindo assim para o desenvolvimento de capacidades Sul-Sul e com foco nas particularidades de cada país. Sob a estrutura da CSST, o Programa de Investimento em Emprego Intensivo (EIIP) tem sido capaz de promover as Inovações em Programas Públicos de Emprego (IPPE) para um número maior de decisores políticos.

- b) *Estimular um debate contínuo sobre o emprego pleno e produtivo entre os profissionais-chave no Sul e pelo Sul*

As Inovações em Programas Públicos de Emprego (IPPE) colocam o emprego pleno e produtivo bem como o trabalho decente no centro das políticas económicas e sociais que são mais adequadas para cada país, com o objetivo de fortalecer as parcerias com especialistas e profissionais, de relevo nacional neste campo e expandir o diálogo com as organizações internacionais competentes, instituições académicas e bancos de desenvolvimento para facilitar a sua implementação. Tanto o documento de política como os módulos de aprendizagem foram desenvolvidos pelo Programa de Investimento em Emprego Intensivo (EIIP), com financiamento integral da OIT, e com o apoio de especialistas de programas públicos de emprego em vários países.

c) *Criar redes de pessoas-chave envolvidas no desenvolvimento de políticas internacionais*

Este pacote de aprendizagem foi desenvolvido a partir da identificação da necessidade de compilar essas experiências do Sul, na forma de uma plataforma de aprendizagem, construída com base na riqueza de conhecimento existente entre os profissionais, universidades, instituições financeiras internacionais e da ONU e na capacidade de reunir os participantes do Sul para aprender uns com os outros e partilhar a experiência da implementação de várias formas de programas públicos de emprego – dos tradicionais programas de obras públicas aos sistemas de garantia de emprego.

CONTACTO

OIT – Programa de Investimento
em Emprego Intensivo (EIIP)
Email: eiip@ilo.org
+41 22 799 65 46

3.

Cooperação Sul-Sul entre o Panamá, Nicarágua e Paraguai sobre a gestão da água e saneamento em comunidades indígenas e rurais dispersas, com uma perspetiva de género e uma abordagem intercultural

Datas de implementação: 2011-2012

Descrição da boa prática de Cooperação Sul-Sul e triangular

Os projetos de Gestão de Água e Saneamento no Panamá, Nicarágua e Paraguai⁴⁸ – que fazem parte dos Programas Conjuntos das Nações Unidas – visam reforçar a capacidade dos governos para administrar o fornecimento de água e a sua qualidade. Os grupos-alvo são comunidades rurais dispersas e povos indígenas

⁴⁸ Mais informações sobre o projeto estão disponíveis em: http://www.ilo.org/pardev/partnerships-and-relations/south-south/WCMS_173249/lang-en/index.htm; <http://www.mdgfund.org/program/strengtheningequityaccesssafedrinkingwaterandsanitationempoweringcitizensandexcludedindigeno>; <http://www.facebook.com/pages/Estrategias-y-Operaciones-Abia-Yala/462456127111933?sk=info>

como os *Miskito* e os afrodescendentes da Nicarágua, os *Ngöbe Buglé* do Panamá, e os *Guaraní* do Paraguai. A metodologia de intervenção baseia-se no valor acrescentado de cada agência especializada do sistema das Nações Unidas, com uma média de seis agências por programa. A competência técnica da OIT para esses projetos incluiu a capacitação em técnicas e direitos da área do trabalho⁴⁹, incluindo a Convenção dos Povos Indígenas e Tribais (n.º 169, 1989)⁵⁰. Neste quadro, foi organizada uma série de eventos de partilha de conhecimentos que tem permitido aos países aprender com a experiência dos outros na execução dos projetos.

Âmbito da cooperação

Os programas conjuntos de água e saneamento no Panamá, Nicarágua e Paraguai são desenvolvidos no âmbito da Governação Económica Democrática, onde as comunidades indígenas e rurais dispersas colaboraram na troca de experiências. Esta iniciativa tem uma dimensão triangular: é financiada pelo Fundo para a Realização dos ODM (Fundo ODM) do Governo de Espanha para o sistema das Nações Unidas. Os parceiros envolvidos são a OIT, como uma das agências da ONU para a implementação, as comunidades indígenas e as instituições nacionais.

Porque é que estas práticas Sul-Sul são efetivas e replicáveis?

Em março de 2011, um evento regional foi organizado pelo Programa de Investimento em Emprego Intensivo (EIIP)⁵¹ da OIT e do Programa de Empregos Verdes⁵² em Lima. Os coordenadores da OIT dos Programas Conjuntos do Fundo para a Realização dos ODM (Fundo ODM) envolvidos na formulação e implementação dos projetos de água e saneamento na Nicarágua, Panamá e Paraguai⁵³ participaram no evento.

⁴⁹ A escolha da tecnologia para o desenvolvimento de infraestruturas e criação de empregos foi analisada pelo EIIP.

⁵⁰ http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312314:NO

⁵¹ <http://www.ilo.org/emppolicy/areas/employment-intensive-investment/lang-en/index.htm>

⁵² <http://www.ilo.org/empent/units/green-jobs-programme/lang-en/index.htm>

⁵³ «Nicarágua: «Governação Económica Democrática no setor da água e saneamento na RAAN e RAAS»; Panamá: «Reforçar a equidade no acesso à água potável e saneamento, capacitando os cidadãos e grupos indígenas excluídos em áreas rurais»; Paraguai: «Reforço da capacidade para definir e aplicar políticas de água e saneamento».



Fonte: www.panamapcv.net/calendar

O evento permitiu que os coordenadores partilhassem as suas experiências sobre o processo de implementação do projeto e identificassem pontos fortes e fracos nas suas diferentes fases de desenvolvimento. Também lhes permitiu abordar alguns problemas comuns tais como a participação das mulheres, a diversidade cultural e a exclusão social. O Panamá e a Nicarágua já iniciaram a implementação do projeto e o Paraguai estava em fase de planeamento. Consequentemente, o Paraguai poderia incorporar e aproveitar as lições aprendidas com os projetos em curso nos outros dois países. A conceção do projeto no Paraguai também beneficiou dos contributos de um estudo antropológico específico no campo da estrutura cultural com uma perspetiva de género⁵⁴.

Um mecanismo de participação era necessário para partilhar as experiências da comunidade e discutir questões técnicas para incorporar um enfoque intercultural e de género ao longo do ciclo de vida do projeto. Foram envolvidas as comunidades e instituições locais, as agências da ONU e a OIT como unidade técnica principal.

Após o evento, o primeiro encontro de partilha de experiências decorreu no Paraguai em agosto de 2011 e foi dividido em duas sessões. A primeira foi

⁵⁴ Renfelth, M. «Perceção e demandas relacionadas ao uso, gestão e administração dos sistemas de água e saneamento para as comunidades rurais e indígenas, a partir da perspectiva de género no âmbito da Convenção n.º 169 da OIT», OIT, Assunção, 2009.

realizada na região de El Chaco, com a participação de 51 pessoas, incluindo líderes indígenas dos povos *Ayoreo*, *Nivaclé*, *Guarani Ocidental* e *Abai Guarani* e também autoridades dos governos locais do departamento de Boquerón. Durante a segunda sessão realizada em Assunção, estiveram presentes 29 participantes incluindo as autoridades nacionais do setor da água e saneamento e as agências da ONU envolvidas. Duas mulheres líderes das comunidades de *Kankintu* e *Kusapin*, da comarca de *Ngöbe-Buglé* e da região de *Ño Kribo* no Panamá foram convidadas, bem como os coordenadores do projeto da Nicarágua e Panamá; e o especialista técnico do Programa de Investimento em Emprego Intensivo (EIIP) acompanhou o evento.

A reunião centrou-se em três temas principais: (i) o planejamento e consulta com as comunidades indígenas, como forma de priorização e identificação do conhecimento local das comunidades no fornecimento de água (Paraguai); (ii) a coordenação e capacitação através da gestão dos sistemas de água e saneamento (Panamá); e (iii) a capacitação técnica nas áreas de construção e manutenção para participar no mercado de trabalho local (Nicarágua).

Tendo em conta os resultados positivos da primeira reunião no Paraguai, foi proposta uma segunda reunião a ter lugar na Nicarágua em agosto de 2012⁵⁵. A delegação paraguaia incluiu duas mulheres líderes da comunidade Guarani, o especialista do governo local para os povos indígenas, um representante da entidade nacional para a gestão da água, os coordenadores de projeto da Nicarágua, Paraguai e Panamá, um especialista em emprego de San José e um especialista técnico do Programa de Investimento em Emprego Intensivo (EIIP) da sede da OIT.

O *workshop* em Manágua, Nicarágua permitiu a troca de experiências no âmbito do evento nacional de encerramento dos Programas Conjuntos com a participação ativa de representantes de 19 projetos financiados pelos distritos, as autoridades nacionais do setor da água e das agências dos Programas Conjuntos das Nações Unidas. Também incluiu uma visita de campo ao distrito da Lagoa da Pérola em Bluefields, onde algumas comunidades explicaram os diferentes sistemas para armazenamento, distribuição e tratamento de água postos em prática durante a implementação do projeto. Além disso, foi organizada uma reunião a nível distrital com o Conselho de Negociação para a água, higiene e saneamento, composto por autoridades e instituições locais.

O Programa Conjunto de água e saneamento na Nicarágua colocou mais ênfase na organização de unidades locais e pequenos prestadores de serviços para a

⁵⁵ Até lá, o projeto panamenho seria fechado; no entanto, sob a égide da estratégia de Cooperação Sul-Sul e triangular da OIT, foi dado apoio financeiro para a participação de uma das mulheres líderes e do coordenador do projeto.

manutenção de obras públicas com tecnologias apropriadas. Além disso, demonstrou o desenvolvimento dos cursos práticos de aprendizagem para «construtores empresariais», em que 70 homens e mulheres jovens de *Miskito* e as comunidades afrodescendentes foram treinados e certificados em construção e canalização.

Durante o *workshop*, a experiência do Panamá forneceu uma base para compreender melhor como o modo de gestão das agências administrativas locais – compostas por autoridades locais e tradicionais e médicos – havia promovido o estabelecimento de um Programa de Monitoramento da Qualidade da Água. Este programa envolve um compromisso dos utilizadores do aqueduto e obriga-os a fazer pagamentos numa base regular. Além disso, o debate também demonstrou que, enquanto as comunidades indígenas *Guarani* encaram como desafio principal o armazenamento e gestão da água potável, a região das Caraíbas enfrenta problemas na gestão e distribuição de água de qualidade. Ambas precisam de fortalecer as suas unidades administrativas locais no que diz respeito ao fornecimento de água. Por outro lado, embora a região *Ngöbe-Buglé* do Panamá sofra de pobreza extrema, as mulheres líderes explicaram o nível de negociação que as lideranças indígenas estão a seguir com as autoridades nacionais para expressar os requisitos locais para serviços públicos de qualidade. Uma das mulheres líderes que participou no *workshop* era candidata a deputada no parlamento, e o coordenador do projeto era da etnia *Kuna* e tinha ajudado a organizar e desenvolver uma organização empresarial para ligar iniciativas económicas indígenas ao mercado.

Impacto das atividades

Esta iniciativa tem sido eficaz em vários aspetos tais como a criação de lideranças locais dos projetos, uma maior participação das comunidades indígenas no Paraguai, Panamá e Nicarágua, a liderança das mulheres, e também promoveu a partilha de conhecimento e a sensibilização sobre as estratégias de gestão da água e lacunas existentes. Entre os principais resultados alcançados regista-se o desenvolvimento de um Programa de Monitoramento da Qualidade da Água, envolvendo um compromisso dos utilizadores do aqueduto em realizar pagamentos de forma regular. Além disso, a construção de infraestruturas de água e saneamento tem registado um crescimento médio de 80% nos três países⁵⁶. Além disso, os médicos consultados durante a avaliação intercalar dos projetos relataram uma redução notável nos casos de doença nas áreas onde os sistemas de água foram instalados.

⁵⁶ O projeto no Paraguai ainda está em andamento (2013).

No Panamá, quatro microempresas foram criadas para manter as infraestruturas. A empresa *Estrategias y Operaciones Abia Yala* é uma empresa social que promove o empreendedorismo e a inovação nas comunidades indígenas fornecendo orientação e oportunidades de emprego para mulheres e jovens.

Estes eventos foram organizados no âmbito da iniciativa de aprendizagem Sul-Sul e foram recompensadores para as partes interessadas na medida em que elas compartilharam os sucessos e os desafios na promoção de práticas sustentáveis de gestão da água e saneamento.

As comunidades indígenas do Paraguai enfrentam vários desafios. Apenas 6% das famílias têm água potável, e apenas 3% têm acesso a saneamento: as práticas tradicionais ainda predominam. Portanto, uma combinação apropriada de conhecimento indígena e uma abordagem de desenvolvimento – que é promovida através do programa conjunto – pode beneficiar a comunidade. Além disso, o mérito destas reuniões consistiu no facto de que foi possível abordar o processo de consulta do ponto de vista e da realidade das comunidades indígenas e isso permitiu focar aspetos de cada experiência nacional.

Uma contribuição adicional consistiu no uso de parte do conhecimento indígena associado ao papel doméstico das mulheres na recolha de água. Foram usados indicadores biológicos para identificar as fontes de água potável bem como plantas especiais para purificar a água contaminada e evitar intoxicações. Além disso, foi de particular importância a apresentação das duas mulheres líderes do Panamá, que explicaram o seu papel dentro do sistema de organização da água e do governo local para atender às necessidades de saúde e de educação, tendo um impacto importante nas suas famílias e comunidades. Apesar de a liderança das mulheres indígenas ainda ser um desafio, foi extremamente relevante que duas mulheres líderes, que já participavam no governo distrital local, tenham estado presentes no evento e tenham beneficiado da troca de experiências. Elas discutiram com os seus pares as formas de incorporar as necessidades e interesses de género, por exemplo, na política de educação.

Ambos os eventos serviram como plataforma para partilhar experiências de diferentes condições geográficas no Paraguai e na região das Caraíbas, relativamente ao acesso à água potável. A lição aprendida para os membros indígenas da delegação do Paraguai foi que a gestão da água não é apenas relacionada com a disponibilidade. Os povos das Caraíbas também tiveram problemas especiais em matéria de acesso à água potável e na incidência de doenças.

Porque é que esta prática Sul-Sul é inovadora?

Esta iniciativa é inovadora na medida em que destaca o conhecimento indígena e a capacitação de género no processo de implementação do projeto para o acesso a serviços públicos de qualidade. É também um ponto de entrada para a Convenção dos Povos Indígenas e Tribais da OIT (n.º 169, 1989), incorporando a consulta como atividade essencial no projeto (Paraguai) e promove o reforço das capacidades locais através do estabelecimento de unidades locais e de pequenos prestadores de serviços de manutenção de obras públicas com tecnologias adequadas (Nicarágua). Também é destacada a liderança das mulheres e a gestão integrada das autoridades locais e tradicionais e dos médicos nas agências administrativas locais (Panamá). De igual forma, a posição da OIT também saiu reforçada como agência líder na inclusão e promoção de direitos e no fornecimento de metodologias para a criação de empregos dentro do sistema das Nações Unidas.

Porque é que esta prática Sul-Sul é sustentável e replicável?

A iniciativa foca a capacitação das comunidades rurais e indígenas. Também as apoia a gerir os seus próprios recursos naturais, nomeadamente a água, para garantir um fornecimento de água potável e saneamento. Isto é feito usando uma abordagem intercultural e de género que pode ser aplicada e adaptada a diferentes configurações. Além disso, as organizações congéneres nacionais estão a melhorar as suas capacidades institucionais centrais e locais para fornecer serviços básicos eficientes para comunidades que sofrem de pobreza extrema e para garantir a sustentabilidade dos resultados dos projetos. O objetivo global do programa foi a capacitação das populações rurais e indígenas de modo a poderem gerir os seus próprios recursos hídricos e, assim, melhorar a qualidade e o acesso aos serviços públicos de água e saneamento. Também é de salientar que as áreas geográficas de intervenção na Nicarágua e no Panamá são terras legalmente reconhecidas pelos governos como sendo propriedade de uma população indígena.

CONTACTO

OIT – Unidade de Investimento
em Emprego Intensivo (EMP/INVEST)
Email: gutierrezm@ilo.org
+41 22 799 72 12

A Cooperação Sul-Sul e o Diálogo Social

IV

A própria estrutura da OIT, onde os trabalhadores e empregadores têm uma voz igual à dos governos nos trabalhos dos órgãos executivos e legislativos, demonstra o diálogo social em ação. O diálogo social é baseado em importantes Normas Internacionais do Trabalho que cobrem a representação, a consulta, a liberdade de associação e a negociação coletiva. Desempenha um papel fundamental na concretização do objetivo da OIT de promover oportunidades para que mulheres e homens obtenham trabalho decente e produtivo em condições de liberdade, igualdade, segurança e dignidade humana. Especificamente, a Declaração da OIT sobre Justiça Social para uma Globalização Justa afirma que o diálogo social e o tripartismo ajudam a reforçar a coesão social e o Estado de direito.

A OIT apoia os governos, as organizações de empregadores e de trabalhadores do Sul global a estabelecerem relações de trabalho cordiais, a adaptar as leis do trabalho às novas circunstâncias económicas e sociais e a melhorar a administração do trabalho. Desta forma, a OIT ajuda a criar as condições para um diálogo eficaz entre os parceiros sociais.

Neste contexto, as organizações de trabalhadores e empregadores envolvem-se na Cooperação Sul-Sul, partilhando as suas experiências de promoção de valores do trabalho decente, enquanto aumentam a sua capacidade para se envolverem efetivamente no desenvolvimento socioeconómico nas suas próprias nações. As organizações de empregadores na Europa de Leste, Ásia Central e América Latina reúnem-se regularmente para partilhar a sua experiência de cooperação para o desenvolvimento. As boas práticas abaixo mencionadas ilustram a forma como os países do Sul e a OIT promovem a construção de consensos e a participação democrática das partes interessadas no mundo do trabalho.

1.

Redes de universidades e institutos nacionais de formação para os profissionais da área do trabalho

Datas de implementação: década de 1980 – em andamento

Descrição da boa prática de Cooperação Sul-Sul e triangular

A OIT, através do seu Programa de Investimento em Emprego Intensivo (EIIP), tem vindo a colaborar e a apoiar instituições universitárias (14 na África e 12 na Ásia) para sensibilizar os jovens profissionais para os investimentos em emprego intensivo e métodos da área do trabalho. Também é fornecido apoio a essas instituições por meio da elaboração de materiais de formação e da investigação ao proporcionar o desenvolvimento de currículos e módulos prefabricados para a formação. Um apoio semelhante é fornecido através do desenvolvimento de ligações em rede entre os institutos nacionais de formação para a capacitação dos operadores do setor público e privado.

Em África, por exemplo, vários institutos nacionais de formação na área do trabalho foram criados com a assistência técnica do Programa de Investimento em Emprego Intensivo (EIIP) desde a década de 1980. Muitos desses institutos são reconhecidos internacionalmente e continuam a formar centenas de engenheiros e gestores de toda a região, oferecendo a oportunidade para o desenvolvimento do conhecimento Sul-Sul e a partilha de experiências.

Instituições de ensino superior

Além dos centros de formação, a OIT também tem trabalhado com instituições de ensino superior na incorporação do tema dos investimentos de emprego intensivo nos seus currículos a nível de graduação e pós-graduação. A OIT tem prestado apoio no desenvolvimento de materiais didáticos para cursos de graduação e pós-graduação e na capacitação das instituições. Como parte da partilha de conhecimentos e fortalecimento da capacidade das instituições, a pesquisa conjunta foi realizada com algumas universidades. As instituições académicas que a OIT tem apoiado incluem:

- ↳ Universidade de Ciência e Tecnologia Kwame Nkrumah, Kumasi, Gana
- ↳ Universidade de Tecnologia Agrícola Jomo Kenyatta, Kenya

- Universidade de Nairobi, Quênia
- Universidade de Addis Abeba, Etiópia
- Universidade de Witswatersrand, África do Sul
- Universidade de Natal, África do Sul
- Universidade de Dar es Salaam, Tanzânia
- Universidade do Zimbábue.

Porque é que estas iniciativas Sul-Sul são sustentáveis e replicáveis?

Embora muitas dessas instituições tenham começado como pequenos projetos-piloto financiados por doadores com assistência técnica da OIT, estas iniciativas tornaram-se sustentáveis e têm sido replicadas ao longo dos anos com base no facto de que deram origem a instituições nacionais. A maioria dessas instituições são dirigidas por um ministério, enquanto outras tornaram-se autofinanciadas, e algumas ainda estão a receber assistência técnica da OIT na área de capacitação institucional e desenvolvimento de novos materiais didáticos com base nas necessidades de formação a nível local e nacional.

A necessidade de melhorar os métodos baseados nos recursos locais vem desde a década de 1990. O custo e a eficácia económica e técnica dos métodos da área do trabalho já foram estabelecidos e reconhecidos em muitos países em desenvolvimento. Vários países, especialmente na África, estavam muito interessados em replicar alguma da experiência técnica adquirida através da partilha de conhecimento e da formação em tecnologias adequadas da área do trabalho.

Porque é que a Cooperação Sul-Sul e triangular tem uma vantagem comparativa no apoio aos institutos nacionais de formação para os profissionais da área do trabalho?

a) *Desenvolver capacidades dos profissionais nacionais em práticas da área do trabalho*

Com a aceitação generalizada de que a criação de postos de trabalho é essencial para garantir um padrão de crescimento inclusivo, muitos países de África estão pró-ativamente a tomar ações para incluir esquemas de obras públicas de trabalho intensivo como parte da sua agenda de investimento público. Assim, existe a necessidade de efetuar a capacitação e formação em competências e tecnologias

da área do trabalho. Através do intercâmbio Sul-Sul, o Programa de Investimento em Emprego Intensivo (EIIP) da OIT continuou a facilitar o desenvolvimento do conhecimento e a replicação de boas práticas neste domínio. Através das diversas instituições nacionais da área do trabalho, foi possível dar formação a muitas pessoas em diferentes países, com a consequente partilha de experiências.

b) *Desenvolvimento e replicação de material de formação técnica útil para a aprendizagem Sul-Sul sobre práticas da área do trabalho*

A partir de 1993, a tecnologia na área do trabalho rodoviário recebeu um grande apoio dos doadores em muitos países da África subsaariana. A capacitação tornou-se uma atividade importante em vários programas na área do trabalho rodoviário e o Centro de Formação de Kisii (KTC) no Quênia providenciou muita da formação necessária nessa altura.

Salienta-se ainda que a criação do curso de formação de formadores contribuiu muito para o desenvolvimento das instituições da área do trabalho nesses países. Muitos dos centros de formação foram baseados na experiência do KTC. Esta contribuição teve um impacto significativo uma vez que os programas da área do trabalho de obras rodoviárias tornaram-se autossuficientes⁵⁷. Muitas das principais metodologias e experiências da área do trabalho foram replicadas de um país para o outro.

CONTACTO

OIT – Departamento de Políticas
de Emprego (EMP/POLICY)
Email: emp_policy@ilo.org
+41 22 799 78 61

⁵⁷ http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---cd_emp/---emp_policy/---invest/documents/instructionalmaterial/wcms_asist_8620.pdf

2.

Universidade Global do Trabalho

Implementação: 2002 – presente

Descrição da boa prática de Cooperação Sul-Sul e triangular



A Universidade Global do Trabalho (GLU)⁵⁸ é uma rede que reúne universidades, sindicatos nacionais e internacionais, organizações da sociedade civil e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com o objetivo de criar uma parceria para a gestão internacional de conhecimento, pesquisa e desenvolvimento de competências. Estando sediada principalmente em campus universitários do Brasil, África do Sul, Índia e Alemanha, a GLU oferece programas de pós-graduação e oportunidades de pesquisa para sindicalistas e ativistas laborais. Combinando os estudos acadêmicos com trabalho prático através de uma estreita cooperação com os sindicatos

e de estágios no terreno, a GLU oferece um verdadeiro ambiente global para a investigação e aprendizagem na área do trabalho propício à pesquisa, análise e investigação de medidas políticas eficazes para enfrentar os atuais desafios laborais. A GLU é, por si mesma, um exemplo de boas práticas de cooperação triangular, uma vez que une esforços do Norte e do Sul para promover a cooperação horizontal. Também liga várias iniciativas do Fórum IBAS (Índia-Brasil-África do Sul) com os esforços do Governo da Alemanha para promover a capacitação das organizações dos trabalhadores⁵⁹.

⁵⁸ Global Labour University (GLU): (<http://www.global-labour-university.org/>).

⁵⁹ http://www.global-labour-university.org/fileadmin/GLU_Info/Info_Booklet_South_South_cooperation.pdf

Disseminar o conhecimento e o desenvolvimento de competências através da Cooperação Sul-Sul e triangular

A rede GLU incentiva o desenvolvimento da capacidade analítica dos sindicatos de forma a compreender e debater as visões dominantes da globalização, a construção de alianças com a sociedade civil em geral, a criação de ideias alternativas para uma globalização justa e inclusiva, e a promoção de redes sustentáveis⁶⁰. Sempre que possível, existe representatividade e diversidade geográfica no grupo de alunos selecionados para frequentar os cursos oferecidos na Alemanha e nos países do Fórum IBAS. *Workshops* globais, conferências, publicações e grupos de trabalho virtuais facilitam o diálogo global genuíno e redes internacionais sustentáveis. Além disso, a GLU é fundamental para a implementação da Agenda do Trabalho Decente, especialmente uma vez que é voltada para a implementação dos direitos dos trabalhadores.

Porque é que a Universidade Global do Trabalho é inovadora?

A GLU ajuda a fortalecer a capacidade organizacional e analítica dos sindicatos a nível nacional e global. Baseia-se na premissa de que as soluções devem ser desenvolvidas através de um processo de pesquisa conjunta e deliberação a nível global, e não depender exclusivamente da transferência de conhecimentos Norte-Sul. O papel ativo das organizações de trabalho no Brasil, Índia e África do Sul na definição do futuro das suas sociedades é uma fonte de inspiração para novas ideias e repercute-se no Sul global. A GLU é um novo canal de Cooperação Sul-Sul. É a única rede mundial que oferece cooperação global entre os sindicatos e instituições académicas, com um forte foco na Cooperação Sul-Sul. Nos últimos cinco anos, tem vindo a reforçar a voz do Sul nos debates mundiais, e muitos dos seus ex-alunos assumiram novas responsabilidades e funções de liderança em várias organizações. A rede cria novos canais para os sindicalistas e pesquisadores do Sul, trazendo uma voz do Sul mais confiante para o discurso na área do trabalho global.

⁶⁰ Artigo de Frank Hoffer, Building Global Labour networks: The Case of the Global Labour University, 2006, <http://www.justlabour.yorku.ca/volume9/pdfs/02HofferPress.pdf>



O ex-presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, apoia uma atividade GLU.

Porque é que a Universidade Global do Trabalho é sustentável?

Os sindicatos e universidades de países como Gana, Rússia, Argentina e Estados Unidos manifestaram interesse em participar na rede GLU. Devido ao seu grande alcance, as seguintes iniciativas contribuem para a expansão e manutenção da rede: projetos de pesquisa e ligação em rede, tal como a Escola de verão dos Antigos Alunos em 2013; a Conferência Temática ICDD em Mumbai; e a conferência GLU agendada para Berlim em 2014; aulas em vídeo⁶¹; videoconferência; módulos *on-line*; os artigos publicados na Coluna do Trabalho Global (GLC) e a Conferência do Livro. Da mesma forma, as bolsas oferecidas a estudantes de países em desenvolvimento permitem uma melhor representatividade dos sindicatos. Por exemplo, o programa brasileiro tem sido bem sucedido na mobilização de bolsas de estudos do governo brasileiro para os candidatos de países em desenvolvimento bem como no financiamento para a realização de estágios.

⁶¹ Disponível no Youtube: <http://www.youtube.com/playlist?list=PLC8EE39ABE8D7CBD5>

O conteúdo dos programas de mestrado em políticas de trabalho e da globalização em várias universidades criou um propósito comum e um forte compromisso entre os parceiros. Esta vasta rede de académicos e sindicalistas de todo o mundo que contribuem com o seu conhecimento para a rede e beneficiam simultaneamente de novos conhecimentos e competências derivados das atividades de pesquisa, conferências e publicações da GLU, inspirou uma iniciativa do movimento sindical internacional para a criação da Rede de Pesquisa dos Sindicatos Globais (GURN), com o apoio da OIT. A GURN facilita o debate, a pesquisa e a partilha de informação sobre os temas globais do trabalho. Da mesma forma, a GURN organiza *workshops* e debates *on-line*, apoia a pesquisa e mantém uma série de sítios de *Internet* para fornecer informações atualizadas em importantes questões globais do trabalho.

CONTACTO

OIT – Departamento das Atividades
dos Trabalhadores (ACTRAV)

Email: hoffer@ilo.org

+41 22 799 89 37

3.

Workshop Sub-regional de Partilha de Conhecimentos sobre Cooperativas nos países árabes

Implementação: 23-26 novembro 2010

Descrição da boa prática de Cooperação Sul-Sul e triangular



O *Workshop* Sub-regional de Partilha de Conhecimentos sobre Cooperativas nos países árabes foi realizado em 23-26 de novembro de 2010, Beirute, Líbano. Estava direcionado aos representantes tripartidos e das cooperativas do Líbano, Síria, Jordânia, Iraque, Iémen e o território palestino

ocupado. O *workshop* foi uma oportunidade para os parceiros sociais, doadores e federações de cooperativas refletirem sobre o movimento cooperativo árabe no contexto da experiência global, e enfatizou o papel potencial das cooperativas para fazer avançar a Agenda do Trabalho Decente nos estados árabes. Também foi projetado principalmente como uma plataforma participativa de intercâmbio de informações onde os participantes pudessem partilhar a sua experiência nacional em cooperativas a partir de diferentes perspectivas. No *workshop* foram focados vários aspetos tais como a política e legislação das cooperativas; os problemas e perspectivas em contextos nacionais; as histórias da origem do movimento das cooperativas e do desenvolvimento local; o trabalho dos parceiros sociais nas cooperativas na sub-região; e a promoção de cooperativas de mulheres em áreas rurais e de conflito.

Qual foi o impacto do workshop?

Este *workshop* constituiu uma oportunidade para partilhar as experiências do movimento de cooperativas nos estados árabes em diferentes níveis, examinando as políticas regulatórias e os quadros legislativos, as necessidades e oportunidades bem como os principais desafios. Também contribuiu para sensibilizar os parceiros sociais das cooperativas no contexto da economia social e solidária no que

diz respeito ao papel das cooperativas com os seus êxitos e insuficiências. Além disso, foram abordadas formas práticas para promover e reforçar a colaboração entre as cooperativas e os parceiros sociais, analisando os resultados principais, as boas práticas e as lições aprendidas e as recomendações para o desenvolvimento das cooperativas. O *workshop* permitiu aos participantes estudar a questão das cooperativas, com uma abordagem integrada, tendo em conta o papel dos governos, trabalhadores, empregadores e da sociedade civil no desenvolvimento das cooperativas com uma perspectiva de género.

Porque é que esta prática Sul-Sul é sustentável?

O *workshop* foi bem sucedido na partilha de conhecimentos e experiências sobre cooperativas na sub-região. Também forneceu uma plataforma participativa para analisar as necessidades de cooperação, e propor um caminho a seguir. Durante o *workshop*, dois grupos de trabalho temáticos foram formados. O primeiro trabalhou em quadros de políticas e regulamentos para o desenvolvimento das cooperativas, e o segundo debruçou-se sobre as cooperativas e a criação de emprego. O propósito por trás dos grupos de trabalho foi estabelecer um consenso participativo em torno dos principais desafios em cada uma dessas áreas e fornecer recomendações para lidar com esses desafios. O resultado final dos grupos de trabalho foi um plano de acompanhamento com áreas específicas de intervenção e atividades a fim de garantir que as ideias trocadas durante o *workshop* são implementadas.

Após o fim do *workshop*, a OIT concluiu uma publicação sobre cooperativas em países árabes e adaptou material essencial da OIT sobre cooperativas e desenvolvimento cooperativo ao contexto árabe. Além disso, decidiu-se estabelecer uma comunidade de prática em cooperativas nos países árabes, a fim de permitir que os participantes do *workshop* partilhassem conhecimentos e trocassem informações. Finalmente, um sítio de Internet (www.ilo.org/coop2010) foi criado para que o material apresentado durante o *workshop* sub-regional de partilha de conhecimentos possa ser consultado *on-line*.

Apêndice

Os critérios de seleção para as boas práticas de Cooperação Sul-Sul e triangular

- ↳ **Dimensão «horizontal» da cooperação:** a cooperação entre dois ou mais países do «Sul» que partilham posições geopolíticas e socioeconómicas semelhantes e valores compartilhados para o futuro. A cooperação pode ser sob a forma de partilha de conhecimentos, a formação de recursos humanos ou a replicação de estratégias bem sucedidas em ambientes semelhantes. Algumas questões orientadoras: Esta é uma prática cuja implementação foi autorizada com base nos princípios da igualdade e da solidariedade internacional? Um dos princípios da Cooperação Sul-Sul é o estabelecimento de relações horizontais de cooperação, sem condicionalismos, e com base na não-discriminação e na partilha de informação. Isso foi possível? Muitas vezes, os países de rendimento médio (MICs) também contribuem para modalidades de cooperação para o desenvolvimento com os Países Menos Desenvolvidos (LDCs) nas modalidades de cooperação para o desenvolvimento, o que seria, de certa forma, semelhante à tradicional cooperação «Norte-Sul». Para ser definido como «Cooperação Sul-Sul», os critérios mencionados na Declaração de Nairobi (2009) devem ser cumpridos: princípios de solidariedade internacional assentes em demandas.
- ↳ **Dimensão «triangular» de cooperação:** cooperação de um país do «Norte» com dois ou mais países do «Sul». A assistência do Norte poderia ser na forma de contribuição financeira ou conhecimento técnico.

- ↳ **Inovadora:** O que é que esta prática tem de especial que faz com que seja de potencial interesse para outros? Note-se que a prática não precisa de ser nova para cumprir com este critério. As práticas a este nível não requerem fundamentação por dados ou avaliação formal, mas já foram executadas e existem argumentos lógicos e convincentes que comprovam a sua eficácia, de acordo com os critérios listados acima.
- ↳ **Adaptabilidade/Replicabilidade:** É esta uma prática de CSS que pode ser adaptada em situações ou configurações semelhantes? Estas práticas provaram ser bem-sucedidas, com resultados comprovados? Embora a prática seja localizada, ela tem características que são transferíveis para outros contextos ou situações.
- ↳ **Sustentabilidade:** A boa prática de CSS e/ou os seus benefícios poderão continuar, de alguma forma, a manter a sua eficácia a médio e longo prazo? Isso poderia envolver a continuação de um projeto de atividade após o seu financiamento inicial expirar ou a criação de novas atitudes, formas de trabalho, a integração de cooperação para o desenvolvimento no campo das considerações sobre trabalho decente, a criação de capacidades, entre outros, que poderiam representar legados de uma prática específica e de interações entre países do Sul.

Esta coleção de boas práticas foca-se em soluções Sul-Sul que ilustram o envolvimento profundo dos constituintes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na implementação da Agenda do Trabalho Decente, no âmbito da Estratégia da OIT sobre a Cooperação Sul-Sul e triangular aprovada em 2012 pelo seu Conselho de Administração. A publicação fornece exemplos práticos de experiências Sul-Sul bem sucedidas no mundo do trabalho que podem ser úteis para os governos, as organizações de trabalhadores e empregadores, os decisores políticos, os profissionais da área do trabalho, os funcionários do sistema das Nações Unidas e as organizações da sociedade civil. A Cooperação Sul-Sul e triangular facilita a partilha de conhecimentos e experiências relevantes para a Agenda do Trabalho Decente e seus objetivos estratégicos, incluindo a promoção da proteção social para todos, o emprego, o diálogo social e os princípios fundamentais e direitos do trabalho. Este documento fornece informações sobre experiências escaláveis e adaptáveis do Sul global relacionadas com estas áreas.

ISBN 978-92-2-827712-8



9 789228 277128